



ENSP



FIOCRUZ



VOZ, ORIGINÁRIA

Uma conversa com Eliane Potiguara, primeira autora indígena, sobre o protagonismo feminino na defesa dos direitos dos povos originários



PARA TIRAR O VERDE E AMARELO DO ARMÁRIO: A 28ª Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo (2/6) teve como um de seus atos políticos o resgate das cores da bandeira do Brasil e da camisa da seleção brasileira de futebol — elementos muito utilizados pela extrema-direita em manifestações contra a democracia nos últimos anos. A ideia do resgate foi estimulada pelos organizadores do evento em uma mensagem de que cores e símbolos nacionais pertencem à diversidade. Na foto, a drag queen Tchaka, apresentadora oficial do evento, desfila pela Avenida Paulista. Estima-se que mais de 3 milhões de pessoas passaram por ali durante a parada.

RADIS

edição 261 . jun 2024

CAPA: ILUSTRAÇÃO DIGITAL DE EDUARDO DE OLIVEIRA,
COM FOTO DE TANIA REGO/AGÊNCIA BRASIL



- | | |
|--|---|
| EDITORIAL | 60 ANOS DO GOLPE |
| 3 Vozes indômitas | 24 Diversidade desprotegida |
| 4 VOZ DO LEITOR | 29 “A falta de democracia cria obstáculos para a vida” |
| 5 SÚMULA | 32 LGBTQfobia na ditadura |
| COMUNICAÇÃO E SAÚDE | 34 SERVIÇO |
| 10 A tragédia da desinformação | PÓS-TUDO |
| 12 CAPA POVOS INDÍGENAS | 35 Reduzir o piso constitucional da saúde é traição ao projeto político que elegemos |
| 19 Guerreiras da ancestralidade | |
| SAÚDE E TRABALHO | |
| 21 Trabalhadoras do Brasil | |

VOZES INDÔMITAS

ROGÉRIO LANNES ROCHA*

Nossa matéria de capa é com a escritora, poeta, professora e ativista indígena Eliane Potiguara, que expressa em suas “contações de histórias” as falas e vivências de suas avós e “das avós das avós das avós”, a ancestralidade indígena feminina. Precursora da presença indígena feminina na literatura, Eliane, que é formada em Letras, recebeu prêmios internacionais e o título de doutora *honoris causa* da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Eliane foi também pioneira na participação feminina na organização do movimento indígena brasileiro nos anos 1970, junto às lideranças masculinas, e está ao lado das novas lideranças femininas nas mobilizações recentes, como a Marcha das Mulheres Indígenas de 2023, em Brasília.

A entrevista conduzida por Luiz Felipe Stevanim nos revela a bela trajetória da filha de família indígena expulsa da Paraíba e migrante pobre no Rio de Janeiro. Em 1976, ela fundou um coletivo de mulheres indígenas que lidava com as violações de direitos originários das mulheres, saúde reprodutiva e o papel da educação. Viajou pelo país, “falou sobre liberdade e questões de gênero em plena ditadura militar, recebeu ameaças de morte, não desistiu”, resume Luiz.

Eliane casou-se com o cantor e compositor Taiguara, uruguaio radicado no Brasil, um dos artistas mais censurados pelo governo militar. Em 2005, foi indicada para o Projeto Internacional “Mil Mulheres pelo Prêmio Nobel da Paz” e, em 2011, nomeada Embaixadora Universal da Paz em Genebra.

Radis tem refletido sobre os 21 anos de ditadura civil-militar num contexto em que o golpe de 1964 completa 60 anos sob um misto de saudosismo, indiferença e omissão sobre aquele período de ruptura da ordem democrática, terror de Estado, retrocessos e silenciamento no país.

Nesta edição enfocamos impactos da ditadura em relação às pessoas LGBT. Reportagem realizada por Adriano De Lavor e Luíza Zauza contextualiza a opressão peculiar vivida entre 1964 e 1985 por essa parcela significativa da população brasileira. Não há como falar de saúde coletiva sem levar em conta a garantia do direito à vida digna e saudável, com liberdade de expressão e proteção contra preconceito, perseguições e violências.

Muitas formas de arbitrariedade e violência ocorriam: estímulo à discriminação, marginalização social, repressão

com batidas policiais, agressões gratuitas, prisões ilegais e humilhações nas cadeias pela simples presunção de homossexualidade. O medo, a invisibilidade e a vulnerabilidade marcaram fortemente a vida dessas pessoas. A simples tentativa de reivindicar direitos já resultava em vigilância, perseguição e repressão.

O presidente da Câmara de Deputados, Arthur Lira, obteve urgência para votar em Plenário, sem discussão nas comissões nem com a sociedade, o Projeto de Lei nº 1904, que pretende tornar crime passível de prisão de até 20 anos a realização por mulheres e crianças do aborto previsto em lei após a 22ª semana de gestação, o que é permitido no Brasil desde 1940.

A reação contrária foi imediata nas redes sociais, em grandes manifestações de rua e com 87% de rejeição ao PL na consulta pública da Câmara. O estranho PL é um perigoso estímulo aos pedófilos, abusadores e estupradores que diariamente violentam milhares de mulheres, majoritariamente crianças e adolescentes. É hora de o país discutir a legalização do aborto como uma questão de saúde pública e de respeito ao direito de decisão das mulheres.

Há uma renovação na *Radis*. A partir da revista de julho, Glauber Tiburtino substituiu Ana Cláudia Peres como subeditor. Retorna à reportagem da *Radis* o experiente jornalista Jesuan Xavier, que participou da construção da revista em seus primeiros anos. A repórter Liseane Morosini também vai nos deixar. Às queridas Ana e Lise, agradecemos o companheirismo e a valiosa contribuição por mais de dez anos e desejamos sucesso nos novos desafios profissionais e pessoais.

Outra novidade é que superamos as dificuldades nos contratos de gráfica e correios e estamos retomando a regularidade na entrega da revista no endereço de cada uma das mais de 100 mil pessoas e instituições que assinam a *Radis*. Pedimos que mantenham seus dados e endereço atualizados e nos avisem em caso de dificuldades na entrega pelos Correios. Ver os leitores postando nas redes sociais as fotos da chegada das novas edições nos alega demais. É a reconquista da periodicidade que sempre foi uma marca e um orgulho da publicação jornalística mais tradicional e combativa em defesa do SUS e da saúde coletiva no país.

■ ROGÉRIO LANNES ROCHA COORDENADOR E EDITOR-CHEFE DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail radis@ensp.fiocruz.br Tel. (21) 3882-9026 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361



MUDANÇAS CLIMÁTICAS E TRAGÉDIA NO RS

O problema é o capitalismo, falta de investimento em infraestrutura, os diques de barragem do Guaíba foram feitos em 1940 e nunca passaram por um novo investimento e reestruturação. É esse o problema real. O lucro, o capitalismo, o neoliberalismo que tira dinheiro do povo para banqueiros. Não considerar essa questão como central é ser capacho de banqueiros e dos EUA.

Página ReestatizaSUS, via Instagram

Quando lemos a *Radis*, não tem como não mudar o pensamento e ter outra visão em relação às coisas, passar a dar mais importância ao que realmente ou necessariamente precisa.

Mauba Tanha, via Instagram

O Estado do RS não respeitou os marcos ambientais. O que ocorre hoje no Sul não é desastre climático, é crime ambiental.

Bernadette Capdeville, via Facebook



TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Parabéns a toda equipe pela reportagem de capa "Elas, trabalhadoras domésticas". Me emocionei várias vezes. Depoimentos fortes, relatos que ilustram o quanto precisamos avançar, na tolerância e no respeito.

Heranir Oliveira, João Pessoa, PB

RADIS NAS REDES SOCIAIS

Este e-mail é para agradecer por enviar a revista *Radis*, já recebo há alguns anos. Além da informação esclarecedora de vários assuntos, já serviu para elaboração de material didático. Gostaria de saber se a mesma também não faz uso do Youtube.

Fábio Soares, por email

R: Olá, Fábio! Agradecemos a mensagem. Sim, além da revista impressa, também estamos no Instagram, Facebook, Youtube e TikTok. Acompanhe a gente nas redes sociais!

VIDA LONGA À RADIS

Tive acesso a dois exemplares da revista e quero parabenizar pelo conteúdo importante, crítico e sensível. Difícil encontrar uma revista cujo conteúdo editorial é 100% elogiável. Isso é de uma raridade excepcional! Parabéns! Sou jornalista e só tenho elogios! Tenham certeza de que vocês são importantes! Desejo vida longa e grande alcance. A saúde, a ciência e as pessoas de bom senso agradecem.

Cristina Dias, via Instagram

Venho, aqui, para agradecer a entrega da revista em minha residência; não estava em casa no momento da entrega, mas a vizinha me entregou hoje. Muito grata e parabéns, *Radis* Comunicação e Saúde, pelo trabalho que vocês realizam.

Sara Alves, via Facebook

R: Olá, queridas Cristina e Sara! Obrigado por partilhar conosco os elogios sobre o nosso trabalho. Reconhecimentos como este nos estimulam a continuar na luta pela comunicação pública e pelo direito à saúde!

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa *Radis* de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Mario Moreira
Presidente

ENSP

Marco Menezes
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO

Luiz Felipe Stevanim
Editor

Ana Cláudia Peres
Subeditora

Reportagem

Adriano De Lavor
Glauber Tiburtino
Lícia Oliveira
Liseane Morosini

Estágio supervisionado
Giovanna Garcia, Izabelly
Nunes e Luíza Zauza

Arte

Eduardo de Oliveira
Felipe Plauska

ADMINISTRAÇÃO

Fábio Lucas
Carolina Ferreira
Ingridi Maia da Silva

ASSINATURAS

Assinatura grátis
(sujeita a ampliação)
Periodicidade mensal
Impressão Gráfica RJ Offset
Tiragem 116.100 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



Brasil tem menos analfabetos, porém desigualdades persistem

O Censo Demográfico 2022 Alfabetização — Resultados do Universo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou (17/5) que em 12 anos o Brasil reduziu seu índice de analfabetismo de 9,6%, em 2010, para 7%, em 2022. Em números absolutos, isso quer dizer que em 2022 havia no país 11,4 milhões de pessoas acima de 15 anos que não sabiam ler e escrever um bilhete simples. O corte etário é feito nessa faixa porque, quando uma pessoa tem 15 anos e não sabe ler ou escrever uma mensagem simples, ela é considerada analfabeta.

Ainda que a queda entre uma pesquisa e outra tenha sido percentualmente baixa, é importante ressaltar que até 1950 mais da metade da população brasileira era iletrada. Mesmo assim, é preciso continuar avançando para que esse índice seja cada vez menor, até que seja erradicado, e atentar para as desigualdades por marcadores socioeconômicos, geográficos e étnico-raciais, que embora também apresentem declínio, ainda se refletem nesses dados. Além da diminuição da taxa de analfabetismo, a cobertura da imprensa também apontou para essas desigualdades.

O Censo educacional de 2022 demonstrou que as pessoas de cor ou raça branca e amarela com 15 anos ou mais de idade tiveram as menores taxas de analfabetismo: 4,3% e 2,5% respectivamente. Já as pessoas pretas, pardas e indígenas do mesmo grupo etário tiveram taxas de 10,1%, 8,8% e 16,1%. Isso significa que as taxas de analfabetismo de pretos e pardos são mais que o dobro do percentual dos brancos, e a de indígenas é quase quatro vezes maior.

A queda na taxa de analfabetismo foi registrada em todas as faixas etárias. Em 2022, o grupo mais jovem, de 15 a 19 anos, atingiu a menor taxa de analfabetismo (1,5%) e o grupo de 65 anos ou mais permaneceu com a maior (20,3%), porém, foi o que apresentou maior queda nos últimos anos. Em 2010, essa taxa era de 29,4%. Em relação ao gênero, as mulheres são ligeiramente mais alfabetizadas que os homens (93,5% contra 92,5%, em 2022). Essa vantagem feminina é verificada em quase todos os grupos etários, exceto entre os de 65 anos ou mais de idade.

Outra conclusão é que municípios menores têm maiores taxas de analfabetismo. Esse percentual foi abaixo da média nacional (7%) somente nos municípios acima de 100 mil habitantes. Os 1.366 municípios com população entre 10 e 20 mil habitantes apresentaram a maior taxa média de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais (13,6%). Essa taxa é mais de quatro vezes maior do que aquela calculada para os 41 municípios cuja população era acima de 500 mil habitantes (3,2%).

Dentre as cinco regiões geográficas do país, a Região Nordeste segue como a que tem o pior indicador e sua taxa de analfabetismo é de 14%, o dobro da média nacional. Sul e Sudeste ficaram com taxas acima de 96% de alfabetização. Santa Catarina foi o estado com menor índice de analfabetos (2,7%) e Alagoas o maior (17,7%). Entre os indígenas, 85% da população a partir de 15 anos era alfabetizada em 2022.

Saiba mais em: <https://bit.ly/censoalfabetização2022>



Aprovado Programa Nacional de Vacinação em escolas públicas

Mais uma iniciativa para retomar as altas coberturas vacinais entre as crianças brasileiras ganha vida. O projeto de lei 826 de 2019, que cria o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas, foi aprovado pelo Senado em 21/5. A ideia prevê que equipes de vacinação compareçam às escolas públicas ou recebam recursos públicos para oferecer vacinas a alunos da educação infantil e do ensino fundamental. A expectativa é de que a medida seja sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Para que a vacinação aconteça, o previsto é que pais ou responsáveis sejam comunicados pela escola, com pelo menos cinco dias de antecedência, para que os alunos compareçam às aulas no dia combinado e levem a carteira de vacinação.

Além disso, o programa indica que cada escola agende a visita da equipe de vacinação, a partir do acordo com a unidade de saúde mais próxima. Se houver doses disponíveis, a vacinação poderá se estender a outras pessoas da comunidade.

Na visão do presidente do Departamento Científico de Imunizações da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Renato Kfoury, a vacinação escolar corrige atrasos vacinais da primeira infância, como publicou o portal Metrôpoles (25/4). A matéria lembrou ainda que a vacinação nas escolas é uma estratégia antiga, recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Estudantes de escolas públicas encontram, com frequência, dificuldades devido ao horário limitado de funcionamento das unidades de saúde.



PAULO H. CARVALHO/AGÊNCIA BRASÍLIA

Greve nas federais

Ainda sem previsão do fim. A maioria das universidades e institutos federais não aceitou um acordo com o governo e decidiu continuar com a greve iniciada em 15 de abril. A paralisação dos docentes e técnicos já alcançava cerca de 40 dias, até o fechamento desta edição. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) rejeitou proposta do governo que manteve zero de reajuste para 2024 e protocolou contrapartida, em 27/5, para continuar a negociação, como noticiou a Carta Capital (27/5).

Uma das principais reivindicações é a recomposição salarial. De acordo com o site do Andes (27/5), a nova contraproposta pede reajuste de 3,69% em agosto de 2024, além de 9% em janeiro de 2025 e 5,16% em maio de 2026. Também há outros pedidos, como a criação de uma mesa de negociação permanente para discussão da carreira e a recomposição orçamentária para as instituições federais de ensino (IFEs) no patamar mínimo de R\$ 2,5 bilhões em 2024, além de outras questões.

O Andes calcula que 59 universidades filiadas à sua base encontram-se em greve; já o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) estima que 560 unidades da rede federal de educação estejam paralisadas, segundo a Carta Capital (27/5).



FÁBIO RODRIGUES-POZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

Menos transplantes e doações de órgãos no Brasil

O primeiro trimestre de 2024 foi de queda na doação e na realização de transplantes de órgãos no Brasil. O número de procedimentos ficou 2,1% abaixo do mesmo período em 2023 e 8,5% aquém da estimativa da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO), conforme destacou a Folha de S.Paulo (13/5). Após um 2023 de recorde, totalizando 29.261 transplantes, esperava-se que os números continuassem em alta. O aumento além do esperado de negativas familiares e de contraindicações médicas são fatores que influenciaram na queda.

A taxa de doadores efetivos também regrediu cerca de 4% em relação a 2023 e hoje está em 19,1 por milhão de pessoas. Em seis anos, essa marca deveria ser de 30 doadores por milhão de pessoas, segundo meta estipulada pela ABTO. A lista de espera para doação de órgãos sólidos e tecidos no Brasil soma 62.347 pacientes, contra 61.339 em 2023. Apesar do começo de ano abaixo das expectativas, o presidente da ABTO, Valter Garcia, ainda acredita na possibilidade de recuperação ao longo de 2024. "O objetivo passa a ser para o primeiro semestre atingir, pelo menos, as taxas de 2023 e para o segundo semestre alcançar a projeção para o ano", disse à Folha.

Lula sanciona lei que prioriza transporte de órgãos

Em medida que tende a contribuir com a elevação do número de transplantes e doações de órgãos no país, o presidente Lula sancionou, sem vetos, a lei que obriga instituições públicas e empresas de transporte — públicas ou privadas — a cederem gratuitamente vagas, com prioridade, para o transporte de órgãos e tecidos para transplante e das equipes médicas responsáveis pela captação. A Lei 14.858/24 foi publicada no Diário Oficial da União de 22/5.

Conforme noticiou o Portal da Câmara dos Deputados (22/5), a priorização envolve empresas privadas, como companhias aéreas, e instituições privadas e públicas, como a Força Aérea Brasileira e estruturas que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS).

5,4 mil órgãos foram transportados em 2023

Fonte: Ministério da Saúde.

Mayaro e chikungunya em Roraima

Os vírus mayaro e chikungunya estão circulando simultaneamente em Roraima, o que é chamado de cocirculação, como aponta um estudo publicado na revista *Emerging Infectious Diseases*.

Apesar de não terem encontrado casos de pessoas infectadas ao mesmo tempo pelos dois patógenos, os autores da pesquisa não imaginavam encontrar essa cocirculação. Uma vez que ambos "apresentam alto grau de compartilhamento antigênico, era esperado que uma infecção protegesse o indivíduo da outra", como afirmou José Luiz Proença-Modena, professor do Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e um dos autores principais do artigo.

O vírus mayaro é transmitido por um mosquito silvestre, mas o desmatamento causado pela exploração ilegal de recursos naturais, especialmente o garimpo, pode fazer com que a transmissão ocorra em ambientes urbanos. Por isso, os autores apontam para a necessidade de ações efetivas de vigilância epidemiológica na região, como, por exemplo, a implementação de métodos para um diagnóstico mais preciso, pois são doenças com sintomas muito semelhantes, como febre alta, dores articulares e cansaço. Além disso, é necessário aumentar a vigilância sobre os impactos da atividade humana em áreas de floresta e a relação com a emergência de novas doenças.

MARCOS TEIXEIRA DE FREITAS



Vítimas de violência doméstica sob sigilo

O presidente Lula sancionou (21/5) uma lei que determina a manutenção de sigilo do nome de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nos processos judiciais. A medida foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 22 de maio, sob a forma da Lei nº 14.857, que acrescenta um artigo na Lei Maria da Penha.

De acordo com o texto, o sigilo vale apenas para a agredida, sem abranger o nome do autor do fato ou demais dados do processo. Ao anunciar a medida em suas redes sociais, o presidente justificou a decisão: “Para que mulheres não sejam revitimizadas e constrangidas durante o processo”.



Uma Copa para elas

O Brasil foi escolhido como país sede da Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2027. O anúncio oficial, feito no dia 17/5, reacende a esperança de que a prática do esporte mais popular no país por mulheres tenha mais investimento, espaço e visibilidade e deixe de sofrer preconceitos. Ao se utilizar da infraestrutura já criada para o mundial masculino, realizado em 2014, o legado que se espera dessa nova Copa não é urbanístico, mas sociocultural.

Em entrevista ao jornal Nexo (19/5), a jornalista e pesquisadora do futebol de mulheres Lu Castro declarou que o evento “pode ser uma oportunidade para que a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) se dedique de forma efetiva no combate ao machismo, à homofobia e à transfobia no esporte”. Fica, desde já, a nossa torcida.



Intolerância: Anitta e o Candomblé

A cantora Anitta perdeu pelo menos 200 mil seguidores no Instagram ao divulgar imagens do clipe “Aceita”, que traz imagens em homenagem ao Candomblé, religião na qual ela é iniciada. Nesta rede social, Anitta tem 65 milhões de seguidores. O clipe, que faz parte da divulgação do novo álbum Funk Generation, traz não apenas imagens do Candomblé como de outras religiões. Para a cantora, o episódio demonstra a intolerância sobre as religiões de matriz afro-brasileiras.

“Eu ainda fico assustada por ver como o ser humano está cada dia mais intolerante, ao invés de se respeitar mais”, disse Anitta, em uma transmissão ao vivo (13/5), para comentar sobre a repercussão do caso. “Eu sou fã de todas as religiões. Eu acho que todas têm a sua mensagem. No final, na minha cabeça, todas são uma coisa só: te levam para o mesmo caminho se você segue pelas razões corretas.”





O Cerrado foi o bioma brasileiro que mais sofreu com desmatamento em 2023.

IPAM AMAZÔNIA

Desmatamento cai, mas é maior no Cerrado

O Cerrado se tornou o principal bioma do país em termos de desmatamento, superando pela primeira vez a Amazônia. A boa notícia é de que, em 2023, houve uma redução de 11,6% no total de área desmatada no Brasil, em relação a 2022, o que representa a primeira queda desde o início da série histórica do Relatório Anual do Desmatamento (RAD), do MapBiomas, em 2019. Na Amazônia, houve uma redução de 62,2% na devastação, o que se deve ao combate ao desmatamento ilegal na região.

Os números totais, porém, ainda são altos. Em 2023, o Brasil perdeu 18.295 quilômetros quadrados de vegetação nativa em todos os seus biomas, o que equivale a dois terços do território da Bélgica, como destacou o site ((o))eco (28/5). A matéria apontou ainda que a quase totalidade do desmatamento registrado no ano (93%) se deve à ilegalidade.

Se houve a primeira redução do desmatamento total no país nos últimos cinco anos, ocorreu também uma alteração no alvo principal da devastação: se desde 2019 era a Amazônia que liderava o ranking dos biomas atingidos, o Cerrado passa a encabeçar a lista. Em 2023, a chamada savana brasileira respondeu por 61% da área total desmatada, com um aumento de 68% em relação ao ano anterior. Já o bioma amazônico foi responsável por 25% do total desmatado.

A mudança de rota se deve a fatores diversos, entre eles a expansão da agropecuária para o Cerrado. Na avaliação de Larissa Amorim, da equipe Amazônia do MapBiomas, a alteração no foco da destruição se justifica também pelo esforço de fiscalização do desmatamento ilegal na Amazônia, o que precisa ser repetido no Cerrado, publicou ((o))eco.

O Cerrado é rico em biodiversidade, além de fundamental para o equilíbrio ambiental no país. Dentro do bioma, a região mais visada ainda é a área conhecida como Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), que se consolidou como a zona mais crítica de desmatamento no país. A região foi responsável por 47% de toda a área devastada no Brasil em 2023, como publicou o site Congresso em Foco (28/5).

Entre as principais causas do desmatamento, está a expansão da agropecuária, principalmente para a produção de soja e gado — a atividade foi responsável por 97% da perda de vegetação nativa no Brasil em 2023. 

DADOS DO DESMATAMENTO

- Queda de 11,6% no desmatamento total no Brasil, em 2023
- O Cerrado se tornou o bioma mais ameaçado, à frente da Amazônia: responsável por 61% das áreas desmatadas
- Aumento de 68% de desmatamento no Cerrado
- Amazônia e Cerrado representam mais de 85% da área total desmatada no país
- Redução de 62,2% no desmatamento da Amazônia



FOTOS: GUSTAVO MANSUR/ PALÁCIO PIRATIN

A TRAGÉDIA DA DESINFORMAÇÃO

Desastre climático no Rio Grande do Sul expõe os efeitos danosos das notícias falsas

ANA CLÁUDIA PERES

Durante todo o mês de maio, as chuvas — que tiveram início no final de abril — continuaram desabando sobre o Rio Grande do Sul com um volume assustador. Depois de uma breve tregua que fez com que o nível do rio Guaíba, em Porto Alegre, baixasse um pouco, as águas voltaram a cair sobre os municípios gaúchos. Segundo a Defesa Civil, até 24/5, as chuvas já haviam provocado mais de 160 mortes. Outras 581 mil pessoas estavam desalojadas — 63 mil delas, em abrigos — e pelo menos 63 eram dadas como desaparecidas.

Em meio à tragédia climática, uma outra se abateu sobre o país: uma crescente onda de desinformação que também traz consequências danosas. Se, por um lado, houve uma imensa

corrente de solidariedade para prestar ajuda às vítimas, por outro, não faltou quem impulsionasse mentiras sobre como a ajuda chegaria a quem precisa, como demonstrou um levantamento realizado pela Agência Lupa (18/5).

De acordo com a agência de checagem, as fake news iam desde mentiras sobre doações e resgates até notas que alimentavam o alarmismo, e envolviam ainda, em maior ou menor grau, a atuação dos governos na crise e a generalização de problemas específicos enfrentados em uma cidade, mas que não necessariamente ocorrem em outra região.

Uma das primeiras fake news que ganhou destaque relacionava o show da cantora Madonna no Rio de Janeiro, em 4 de maio, à suposta falta de apoio do governo federal

“OUTRAS AGENDAS”

A desinformação não é provocada apenas pela fábrica de notícias falsas. Muitas vezes, vem embutida nas falas oficiais. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, chegou a reconhecer, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo (20/5), a existência de estudos que alertavam sobre o risco de que as mudanças climáticas provocassem fortes chuvas e inundações no estado. Mas justificou a falta de medidas preventivas mais rigorosas porque “o governo também vive outras pautas e agendas”, em especial àquelas relacionadas à questão fiscal.

No mesmo dia, durante o programa Roda Viva, da TV Cultura, o governador pediu desculpas por ter se “expressado mal”, disse reconhecer a ciência e “descobriu” da pior maneira o que acontece quando se ignoram os alertas científicos. Durante o programa, Eduardo Leite afirmou ainda que a responsabilidade pelos mecanismos de prevenção de desastres seria exclusividade dos municípios. Em sua newsletter enviada (25/5) a assinantes, o jornalista Leandro Demori explicou por que isso não é verdade.

Segundo a Lei 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, cabe aos municípios, ao estado e ao governo federal a execução do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil. “Ou seja, tentou empurrar aos municípios uma responsabilidade que também caberia ao governo do Estado”, apontou Demori.

INQUÉRITO

A Polícia Federal abriu (8/5) um inquérito para apurar a divulgação de conteúdos falsos sobre as enchentes no Rio Grande do Sul. A solicitação acolheu um pedido do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, que por sua vez se baseou em uma recomendação da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. A Secom apresentou uma lista de publicações nas redes sociais com desinformação sobre a tragédia no estado e solicitou providências para individualizar as condutas.

às vítimas da tragédia no Sul. Mas, ao contrário do que se divulgou, a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não destinou verba pública para a apresentação.

Nas redes sociais, também surgiram relatos de que caminhões carregados de donativos que se dirigiam ao Rio Grande do Sul só poderiam seguir viagem se tivessem nota fiscal dos itens. Nada disso era verdade. Não é o caso de ficar enumerando as mentiras que viralizaram nas redes. Basta dizer que a desinformação alimentou até mesmo a desconfiança em relação ao destino das doações.

À Agência Lupa, a professora Yasmin Curzi, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio), explicou que conteúdos falsos como esses, têm um apelo emocional e geram comoção e indignação. “Por isso as pessoas curtem, engajam e compartilham muito mais do que notícias verdadeiras ou que explicam a tragédia”, disse.

Segundo a pesquisadora, esse tipo de contexto de pânico e vulnerabilidade extrema da população é favorável ao alcance das fake news. “Muitas pessoas perderam o acesso à TV e à possibilidade de assistir ao noticiário tradicional e contam apenas com o celular, por onde chega muita informação — muita informação sem qualidade. E aí muitos grupos se aproveitam para promover golpes, ruídos e tumultuar”, pontuou.

Outra agência de checagem, Aos Fatos, aproveitou para explicar por que espalhar desinformação sobre as enchentes agrava ainda mais a crise no Rio Grande do Sul. “Conteúdos descontextualizados — ocorridos em outros lugares ou em outras épocas — desviam a atenção de profissionais envolvidos no socorro às vítimas reais. Atrapalham resgates urgentes. Dividem esforços, em vez de somar”, destacou a jornalista Fernanda da Escóssia, na página de Aos Fatos (8/5).

Para Natalia Viana, jornalista da Agência Pública, a desinformação sobre desastres como esse veio para ficar. “Mas há como combatê-la”, escreveu em sua coluna (14/5). Para ela, toda tragédia ou desastre, que chega a mobilizar a sociedade e unir as atenções — como é o caso da atual calamidade —, trará sempre consigo uma realidade alternativa, paralela, criada por redes de desinformação que acharão uma maneira de se beneficiar do caos.

“Vivemos em um ambiente informativo altamente concentrado, privatizado e sem regras, um faroeste digital, em que as mentiras se espalham sete vezes mais que as verdades porque plataformas e mentirosos lucram juntos. Então, enquanto não se regular o ambiente em que viajam as notícias, assim será”, apontou. 

■ [Leia a íntegra em nosso site.](#)



POR TODAS AS, **MULHERES**
INDÍGENAS

A escritora Eliane Potiguara resgata a luta e as vivências das mulheres originárias em sua literatura

Avó, filha e neta. Três gerações de mulheres indígenas viviam em uma casa pobre nas imediações da Estação Ferroviária da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, desterradas de sua comunidade de origem, expulsas pela violência colonizadora contra as populações originárias. Migrante, analfabeta, paraibana e indígena, a avó, Maria de Lourdes, vendia bananas na feira, acompanhada pela neta, que a tudo observava.

Em silêncio, a pequena Eliane aprendeu, desde menina, a absorver todas essas vivências e a guardá-las em sua memória — e as lembranças da pobreza, da exclusão e da luta das mulheres de sua família se transformaram em matéria-prima para prosa e poesia. Suas palavras originárias foram espalhadas pelo vento e, de suas mãos, surgiu uma literatura que se tornou arma e voz para a luta indígena no Brasil, em sintonia com a defesa da Mãe Terra.

Hoje a menina é Eliane Potiguara, nascida em 1950, escritora, poeta, professora, ativista indígena e contadora de histórias, como ela mesma costuma se definir. E foi com sua avó que ela aprendeu a arte da contação de vida: “Vovó me contava coisas, a gente se sentava no final da tarde, todos os dias, eu e meu irmão, ela contava muitas histórias”.

Eliane é uma pioneira na luta das mulheres originárias e na organização do movimento indígena brasileiro, desde os anos da ditadura militar até a redemocratização, ao lado de nomes como Ailton Krenak, Álvaro Tukano e Paulo Bororo. Autora de dez livros, entre eles o clássico *Metade Cara, Metade Máscara* (Grumin Edições), foi a primeira mulher originária a se destacar na literatura.

Em um momento em que três mulheres indígenas assumem posições de liderança na política nacional (a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara; a presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas — Funai, Joenia Wapichana; e a deputada federal Célia Xakriabá), ela se emociona e recorda que as sementes desse protagonismo indígena feminino foram lançadas lá atrás, por outras lideranças mulheres que deixaram suas pegadas na história. Em 1976, em meio à luta contra a ditadura militar, Eliane fundou o Grumin (Grupo Mulher — Educação Indígena), um coletivo de mulheres indígenas que pautava temas como violação dos direitos originários das mulheres, saúde reprodutiva e o papel da educação.

É o legado de lideranças femininas como Quitéria Pankararu e Marta Guarani Kaiowá, já falecidas, que ela reivindica para dizer que sua literatura é porta-voz da ancestralidade feminina, não apenas do presente, mas das vivências das avós e das avós das avós [Conheça algumas dessas mulheres aqui]. “Eu repasso toda a humanidade que recebi dessas mulheres que hoje são encantadas, ancestrais”, afirma à *Radis*. Formada em Letras e Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Eliane recebeu o título de doutora honoris causa, em dezembro de 2021, concedido pela mesma instituição em reconhecimento pelo conjunto de sua obra.

Nascida em uma família indígena expulsa do território na Paraíba após o assassinato de seu bisavô, Chico Solón, Eliane descobriu nas memórias de sua avó, Maria de Lourdes, e de mulheres como ela, a maioria anônimas, um caminho para unir outras mulheres originárias pelo Brasil afora. Rodou o país, viajou para diversas comunidades, falou sobre liberdade e questões de gênero em plena ditadura militar, recebeu ameaças de morte, não desistiu.

Casou-se com o cantor e compositor Taiguara (1945-1996), uruguaio radicado no Brasil, considerado por alguns como o artista mais censurado pelo governo militar. Em 2005, foi indicada para o Projeto Internacional “Mil Mulheres pelo Prêmio Nobel da Paz” e, em 2011, nomeada Embaixadora Universal da Paz em Genebra, além de colecionar outros prêmios, como os concedidos pelo Pen Club da Inglaterra e pelo Fundo Livre de Expressão dos Estados Unidos.

Mãe de três filhos, Eliane também é avó de seis netos. Hoje é ela quem reparte o legado de suas antepassadas com a literatura que escreve para jovens, crianças e adultos. Seu livro mais recente, *O Vento Espalha Minha Voz Originária*, acaba de sair pela Grumin Edições.

Em conversa com *Radis*, Eliane falou sobre o protagonismo feminino na luta pelos direitos originários, destacou o papel da educação e da literatura para transformar mentalidades e combater preconceitos e ressaltou que a humanidade precisa despertar uma memória ancestral e reencontrar um caminho de amor, solidariedade e equilíbrio entre os povos e com a Mãe Terra. O que já era tema, há mais de 40 anos, de um de seus poemas, *Amor entre Povos*.



ACERVO PESSOAL

Ao lado da presidente da Funai, Joenia Wapichana (à esquerda), e de outras lideranças, Eliane Potiguará esteve na Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília, em 2023

ESSA HISTÓRIA NÃO É SÓ MINHA

Em mais de quatro décadas de militância, o que mudou na luta e no protagonismo das mulheres indígenas?

Para mim é uma vitória a gente conseguir essa visibilidade, haja vista que temos uma ministra [dos Povos Indígenas], a Sonia Guajajara, a deputada Célia Xakriabá [Psol-MG], e a própria presidente da Funai, a Joenia Wapichana. Isso não vem de agora. Vem de trás, da luta, da responsabilidade e de um amadurecimento das mulheres indígenas com relação à política. As mulheres que organizaram as suas lutas nos seus locais de vida e de moradia avançaram nesse sentido. Tivemos algumas mulheres, como a Quitéria Pankararu [1939-2010], já falecida, de Pernambuco, que foi uma mulher muito batalhadora, muito guerreira, que combatia o inimigo localmente, vendia os seus artesanatos, estava sempre em Brasília reivindicando seus direitos. Também tivemos a Quitéria Xukuru-Kariri, outra mulher de grande compromisso, também falecida. Dona Marta Guarani Kaiowá [1942-2003], do Mato Grosso do Sul. Mulheres que eu conheci pessoalmente, com quem conversei ao pé do ouvido. Deolinda Prado [do povo Desana, falecida em 2023], que criou a primeira casa da empregada doméstica em Manaus. Tive contato com muitas mulheres pelo Brasil

— chegou uma época, depois que acabei a faculdade, que comecei a viajar para os locais. Era convidada por uma organização, por outra, e já publicava meus textos. A Oração pela Libertação dos Povos Indígenas e Ato de Amor entre Povos, que eu publiquei em pôster, eram um material panfletário, revolucionário, que eu carregava comigo para onde eu ia.

E como surgiu o seu interesse pela literatura?

Eu escrevo há muito tempo, desde cedo, desde criança, com sete ou oito anos. Fui alfabetizada dentro da minha casa: minha família chamou uma pessoa para me alfabetizar, porque toda minha família não lia, não era das letras, era da cultura oral. As mulheres potiguaras, minha avó, minha tia, minha tia-avó, meus tios, todos éramos da cultura oral. Tive que escrever as cartas da vovó para a Paraíba porque minha família é migrante, foram para Pernambuco inicialmente, e depois para o Rio de Janeiro. Eu recebia essas cartas e lia para elas. Só que eu não tinha muito entendimento da questão indígena, nem do que era ser pobre, ou não ter casa para morar, nem a situação de violência que minha família sofreu no estado da Paraíba. Tiveram que fugir para

não serem assassinados, porque meu bisavô desapareceu no plantio do algodão. Nós, indígenas, éramos escravizados naquela época, em 1910, na monocultura do algodão. Justamente quando surgiu o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) [em 1910].

Como a trajetória de sua família influenciou a sua escrita?

Comecei a escrever para elas [as mulheres da família] e depois minhas coisas pessoais, meus pensamentos, e com os estudos que adquiri na escola, fui ser professora. Tive contato com a filosofia de Paulo Freire. Nós vivíamos num gueto indígena, na Central do Brasil, no Morro da Providência [no Rio de Janeiro]. Tive toda uma base indígena que me despertava paulatinamente para um dia eu saber de onde eu vinha, que eu vinha da questão indígena. Foi aí que percebi o sofrimento dessas mulheres, mulheres imigrantes, pobres, indígenas, nordestinas, mulheres que precisavam de apoio. Nem antes nem depois de 1950, quando eu nasci, existia uma política para pessoas migrantes, como a gente não tem até hoje.

E como você se descobriu uma mulher indígena?

Eu venho dessa luta, desse povo sofrido: inicialmente na comunidade e depois como uma migrante que adquiriu um pouco de conhecimento a partir da escola e da visão que

eu tinha da minha família — porque se eu fosse só para a escola, não poderia descobrir que eu vinha de uma comunidade indígena. Eu só soube que vinha de uma comunidade porque minhas tias-avós falavam, elas contavam, elas choravam, elas sofriam. Toda a família adoeceu por causa do desterro e do assassinato do meu bisavô. Foi quando percebi que essa história não era só minha, era a história das mulheres indígenas, das pessoas indígenas que saíam de suas comunidades por qualquer motivo, por violência, ou porque queriam buscar melhores condições de vida, ou porque foram estudar, ou porque foram expulsas. O grupo indígena que saísse de sua comunidade iria na realidade cair na miséria. Foi o que aconteceu com a minha família. Um grupo de judeus, no Rio de Janeiro, apoiou a minha avó, para que ela conseguisse trabalhar na feira, com uma barraca de banana. Foi assim que a gente conseguiu sair do estado de pobreza e da rua, e ter o mínimo de dignidade morando numa casa, apesar de que o banheiro era fora e coletivo para mais de 50 pessoas. A gente morava num quarto, em que tinha um porão em que passavam muitos ratos. Era um lugar insalubre. Eu estava sempre doente. Quando eu me redescobri com Paulo Freire — eu até o visitei quando fui a Pernambuco —, a minha cabeça mudou totalmente, porque eu precisava saber o que tinha acontecido com minha família, de onde eu vinha. Foi assim que entrei para o movimento indígena.

“

Eu não tenho minha aldeia
Minha aldeia é minha casa espiritual
Deixada pelos meus pais e avós
A maior herança indígena

Poema “Eu não tenho minha aldeia”



UMA REDESCOBERTA DE MIM MESMA COMO INDÍGENA

De que forma as mulheres indígenas começaram a se organizar politicamente?

A gente veio lutando e, nesse processo todo, fui conhecendo as mulheres. Nessa altura, entre 1970 e 80, eu já estava criando o Grumin, um grupo de mulheres preocupadas com a situação da mulher indígena no Brasil. Nós constituímos um grupo, que foi formalizado na aldeia Potiguara, com apoio de algumas lideranças e caciques. E a gente começou a trabalhar as nossas filosofias de vivificação da cultura e a elaboração de material didático, como cartilhas de alfabetização, trazendo a memória da sociedade indígena potiguara para as crianças, as palavras indígenas do tupi antigo, o que as mulheres pensavam, suas lutas, e o que elas não falavam, como a questão do alcoolismo e da violência doméstica. A falta de trabalho, a própria falta de apoio da Funai naquela época, porque a gente sabe que foram anos difíceis para os povos indígenas durante a ditadura militar.

E como foi viajar pelo Brasil para fortalecer a mobilização indígena?

Antes de entrar para o movimento indígena, eu já tinha viajado, porque o meu esposo era músico e compositor [o cantor Taiguara, nascido no Uruguai e radicado no Brasil], e ele me ajudou para que eu pudesse, na época, viajar, e aproveitava para fazer visitas às comunidades de mulheres. Eu viajei para Norte, Sul, Leste e Oeste, por todo o Brasil, e depois participei do Movimento Indígena Brasileiro, da União das Nações Indígenas, junto com Ailton Krenak, Álvaro Tukano, Paulo Bororo e outros. Eu era a única mulher que participava desse grupo. Ouvia muito, às vezes falava, às vezes não falava, mas estava ali. Sempre busquei conversar com as pessoas. Não era um trabalho acadêmico. Só fiz a universidade, o bacharelado, mas recebi o título de doutora

honoris causa por causa dos meus livros. Tenho dez livros publicados. O Metade Cara, Metade Máscara é hoje um livro de cabeceira, como as pessoas dizem. Mas o meu primeiro livro mesmo foi A Terra é a Mãe do Índio [lançado em 1989], que publiquei na terra potiguara.

Como você percebeu que a sua literatura poderia ser porta-voz da luta indígena?

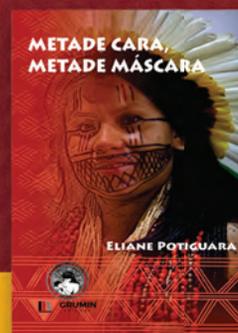
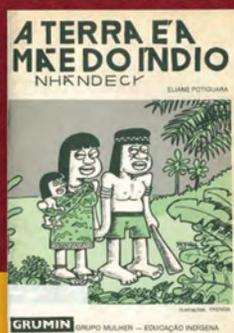
Antes desse processo, eu me meti na universidade com os chamados “poetas malditos”, e eles escreviam contra a ditadura militar, contra a opressão e o racismo que o Brasil vivia. Eu fazia parte daquele movimento estudantil. Para mim foi muito fácil continuar dali e viajar para a minha comunidade, para rever meus parentes antigos, tomar conhecimento dos que haviam falecido. Foi uma redescoberta de mim mesma a partir da identidade indígena que eu recebia na minha casa, com todas as histórias, todas as vivências, a alimentação saudável, a cultura, as tradições e, principalmente, com toda a ancestralidade. Vovó me contava coisas, a gente se sentava no final da tarde, todos os dias, eu e meu irmão, ela contava muitas histórias. E esse mundo onírico e místico foi que me deu toda a inspiração, junto com a minha experiência de professora primária e depois com o movimento indígena, para eu começar a escrever. Por isso continuo escrevendo e colaborando com materiais didáticos, e fico muito feliz com isso. A gente precisa que a literatura indígena flua. Conseguimos uma grande vitória com o Ailton Krenak na ABL [Academia Brasileira de Letras, em abril de 2024] e isso para nós é um reconhecimento da oralidade dos nossos povos.

Em seu livro *Metade Cara, Metade Máscara*, você traz a memória de sua avó indígena Maria de Lourdes, paraibana, migrante, expulsa pela ação colonizadora.

CONHEÇA

ALGUNS DOS LIVROS

DE ELIANE POTIGUARA

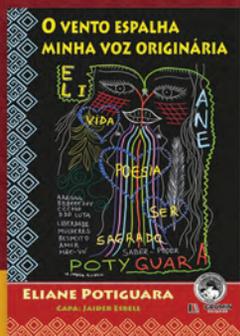


Como a história dessas mulheres indígenas, muitas delas anônimas, influenciaram a sua trajetória e a sua literatura?

Foi a partir das lágrimas que eu via nos olhos delas, dos cochichos. Eu escutava muito os cochichos das minhas tias-avós, eram muitas, eu fecho os olhos e as vejo. Elas me pegavam no colo, me davam carinho, eram muito gentis, eu recebi muito amor dessas mulheres. Até hoje eu sonho com elas. Quando eu sonho com elas, não é no mundo real, é em outro mundo, um mundo mágico e onírico, de cores e formas, de histórias, onde existem muitos animais, cobras, pássaros. Tenho essa força ancestral que me segue, me dá inspiração e determinação para escrever. Tudo o que escrevo é baseado nos ensinamentos que tive dessas avós, dessas tias-avós, muito mais mulheres que homens. Por isso sou muito ligada à Mãe Terra, ao útero, à Pacha Mama. Nos olhos delas eu via a realidade, a tristeza, a miséria, a pobreza, as dores, a saudade da terra delas, a vontade de voltar para a comunidade e não poder, porque eram pessoas extremamente pobres.

Como diz o título do seu novo livro, *O Vento Espalha Minha Voz Originária*, sua literatura ecoa as vozes da ancestralidade, correto?

A literatura que escrevo hoje não é minha. Não me pertence. Apenas sou uma porta-voz. Eu repasso toda a humanidade que recebi dessas mulheres que hoje são encantadas, ancestrais. Antes delas, nos meus próprios sonhos, eu já vi essas outras indígenas avós e bisavós das tias-avós, é uma coisa muito forte. Eu tinha a visão dessas mulheres muito antigas, com as peles enrugadas, e elas me acolhiam. Sempre tive esse mundo interior na memória. Não somente nós, indígenas, mas toda a humanidade precisa despertar essa memória ancestral sobre como era o amor entre os povos, daí o título de um poema meu, *Amor entre Povos*, que tem mais de 40 anos. A minha vida, a minha espiritualidade, a minha essência de mulher, a minha alma está toda transbordada desse mundo mágico que eu recebi, dessa educação ancestral, e é por isso que eu escrevo. Eu não escrevo para mim.



- *A Terra é Mãe do Índio* (1989)
- *Metade Cara, Metade Máscara* (2004)
- *O Pássaro Encantado* (2014, infantojuvenil)
- *A Cura da Terra* (2015, infantojuvenil)
- *O Vento Espalha Minha Voz Originária* (2023)



Eliane na Marcha das Mulheres Indígenas: "A luta das mulheres indígenas não vem de agora"

TERRITÓRIO TAMBÉM É CORPO

O que ainda é preciso desconstruir em relação a estereótipos e preconceitos sobre os povos indígenas e qual é o papel da educação e da literatura nesse processo?

Precisamos trabalhar com as escolas brasileiras e nossas professoras, com materiais didáticos que estejam de acordo com a inclusão social dos povos indígenas, que expliquem para crianças, educadores e gestores sobre o racismo estrutural. Precisamos estimular uma mudança de mentalidade para que a criança seja criativa, participativa e amorosa, e que ela tenha dentro de si o sentimento de cooperação e solidariedade. Já existem alguns programas de educação nesse sentido. Os indígenas estão cantando, fazendo rap, fazendo pinturas e obras de arte, os museus estão abrindo as portas, ou melhor, nós é que estamos conquistando esse espaço, mostrando a nossa cara. São iniciativas que contribuem para uma compreensão melhor do que é ser indígena, do que é ser pobre, do que é viver na miséria, e quais as mudanças que podemos fazer nós mesmos. Temos que propor aos governos políticas públicas para povos indígenas, como educação diferenciada, proteção às línguas indígenas, que são mais de duzentas no Brasil. Vários indígenas estão indo nas escolas explicar para as crianças o que é ser um povo originário. Nós não somos "índio". Toda uma mudança precisa ser realizada na cabeça dos professores e dos pais dos alunos, para que a gente tenha uma educação infantil que combata esse racismo e todo o processo de discriminação social. Nós temos muitos professores preocupados com a implementação da Lei 11.645/2008 [que determina a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial das escolas de ensino fundamental e médio], que propõe levar para a

escola os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas para que possam contribuir com o reflorestamento, com o meio ambiente. Povos indígenas têm muito a contribuir nas escolas, na televisão.

O tema da Mãe Terra sempre esteve presente em sua literatura. Como os saberes dos povos indígenas podem nos ajudar a lidar com as questões ambientais e as mudanças climáticas?

Quando a gente escreve um livro, quando damos palestras, ou quando Fernanda Kaingang assume a direção do Museu Nacional dos Povos Indígenas e realiza ali um grande evento, com comidas, danças, tradições, com remédios e ervas, trazendo esses conhecimentos, isso contribui para que os saberes tradicionais cheguem aos nossos governos. A Rio-92 trouxe os governos de todo o mundo para o Rio de Janeiro em uma conferência sobre o meio ambiente. Eles sabem, mas ainda não disponibilizam recursos, não têm vontade política de promover a defesa do meio ambiente. As disputas políticas e econômicas não deixam que os conhecimentos tradicionais fluam para que a gente possa contribuir com a defesa do meio ambiente. Quando o Davi Kopenawa fala sobre "a queda do céu", ele está chamando atenção para isso. Os indígenas estão alertando que o mundo está para acabar e que a gente tem que fazer alguma coisa. Os conhecimentos tradicionais precisam ser assumidos, têm que estar dentro dos museus, nas escolas, na televisão, na internet, em tudo quanto é espaço, para que os governantes se sensibilizem mais com recursos financeiros para a defesa do meio ambiente e, consequentemente, da nossa Mãe Terra.

Recentemente, você acompanhou a posse de Ailton Krenak na ABL. O que representa esse reconhecimento da literatura indígena hoje?

Muitos escritores no passado, brasileiros, mas que não eram indígenas, escreviam sobre as nossas culturas. Chegou o momento em que os próprios povos indígenas precisaram colocar a sua oralidade no papel para que outras pessoas, como sertanistas, indigenistas e escritores, não continuassem a contagiar a sociedade brasileira com mais racismo e mais discriminação. Nós tivemos que entrar de cabeça em nossa oralidade e colocá-la no papel como um instrumento de luta e libertação, um instrumento de resistência política a favor da nossa cosmovisão indígena. Está lá no papel, mas também nos nossos velhos e nossas velhas, nas nossas comunidades. Os indígenas, muitos deles, estão assumindo essa forma de luta. A gente vê a luta em passeatas, nas manifestações políticas, nas escolas, em todos os espaços. E a literatura indígena é também um instrumento de luta.

Em abril de 2024, o Acampamento Terra Livre (ATL), a maior mobilização indígena do país, completou 20 anos cobrando a demarcação de terras. Por que a luta pelo território é tão fundamental para os povos indígenas?

É muito importante a questão territorial porque no Brasil só se considera indígena quem tiver as suas terras, a sua territorialidade, incluindo a língua, as tradições e a cultura. Sendo que atualmente temos muitos indígenas que estão saindo das comunidades para estudar ou trabalhar, ou por qualquer motivo. É aí que surge também um movimento intenso que são os indígenas de origem urbana. Eles também participam do ATL, para que possam se conectar com

seus parentes e seus antepassados. O ATL tem a função de aglutinar pessoas com o mesmo objetivo, com o mesmo sentimento de território. Território também é corpo. Nós como corpos somos indígenas. Nós temos nossa territorialidade. A nossa alma, o nosso pensamento, a nossa ciência que está em nossa cabeça, isso tudo é territorialidade. Por isso existe a luta pelo território, para vivificar e trazer os nossos companheirinhos que acabaram tendo que migrar de suas terras, ou que nasceram fora de suas terras, mas que são corpos indígenas, são nações indígenas. São pessoas que vêm de uma ancestralidade. O ATL é um lugar de muita espiritualidade, arte, poesia, pintura e discussões políticas. É um momento de muita articulação, não somente política, mas também dos conhecimentos tradicionais.

Como pessoas não indígenas podem ser aliadas dessa luta, sem usurpar o protagonismo e sem uma apropriação cultural indevida?

Quando eu falei daqueles escritores que pegavam as histórias e lendas indígenas e transformavam nos seus livros, eles modificavam o cunho da história. De certa forma, existe uma apropriação da história e dessas culturas indígenas. Aos poucos, outra pessoa vem e conta de outra forma e aquela história não é mais parte do âmago da ancestralidade, das histórias antigas. Quando um parceiro dos povos indígenas quer colaborar, que ele abra caminhos ou apoie a abertura de caminhos, para que possamos mostrar as nossas artes, mas que não utilize indevidamente a nossa cultura. Tenho visto muitas pessoas não indígenas com cocar, mas tem que haver um pouco de honestidade para poder ser um perfeito apoiador da questão indígena, abrindo espaços. Os povos precisam disso. 

“Conseguimos uma grande vitória com o Ailton Krenak na ABL e isso para nós é um reconhecimento da oralidade dos nossos povos.”



GUERREIRAS DA ANCESTRALIDADE

QUITÉRIA PANKARARU [1939-2010]

Nascida na aldeia Saco dos Barros, em Pernambuco, Dona Quitéria Binga tornou-se uma liderança importante do Povo Pankararu e dos indígenas do Nordeste, já nos anos 1970, destacando-se na defesa do direito à educação e das mulheres.

Leia mais: <https://bit.ly/quiteriapankararu>

MARTA GUARANI KAIOWÁ [1942-2003]

Da aldeia Jaguapiru, no Mato Grosso do Sul, Marta Guarani, conhecida como Kunhã Gevy, destacou-se desde jovem na luta contra violências e abusos cometidos contra os povos indígenas da região e foi perseguida pela ditadura militar por defender o acesso à terra e os direitos das mulheres.

Leia mais: <https://bit.ly/martaguarani>

DEOLINDA PRADO [1953-2023]

Em Santa Cruz do Turi, no Alto Rio Negro, no Amazonas, nasceu Deolinda Freitas Prado, do Povo Desana, uma das fundadoras da Associação Mulheres Indígenas do Rio Negro (AMARN), com o objetivo de acolher outras mulheres indígenas, como ela, expulsas de sua terra e que chegavam a Manaus. Participou ativamente das discussões da Constituinte de 1988.

Leia mais: <https://bit.ly/deolindaprado>

ANDILA KAINGÁNG [1954]

Nascida na Reserva Indígena Carreteiro, no Rio Grande do Sul, Andila é educadora, escritora, contadora de histórias e artesã. Além do envolvimento na educação escolar indígena, atuou como liderança no processo de retomadas de terra, inspirada por seu pai, Cacique Manoel Inácio.

Leia mais: <https://bit.ly/andilakaingang>

CHIQUINHA PARESÍ [1960]

Professora desde 1977 e doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ, Francisca Navantino Pinto de Ângelo nasceu na Aldeia Rio Formoso, do Povo Paresí, em Tangará da Serra (Mato Grosso). É conhecida como liderança aguerrida na defesa da educação diferenciada indígena e dos direitos originários.

Leia mais: <https://bit.ly/chiquinhaparesi>



Cesteh homenageia cinco mulheres por suas atuações políticas em favor da saúde do trabalhador

TRABALHADORAS DO BRASIL

Da camelô à professora, homenagem a trabalhadoras destaca a luta feminina por direitos e melhores condições de vida e trabalho

LUÍZA ZAUZA*

Sindicalistas e ativistas. Guilhermina da Rocha, Maria de Lurdes, Natália Russo, Maria Lucia, Luiza de Fátima e Rosa Amélia são mulheres engajadas. Fazem uma luta coletiva por meio das suas atuações individuais. Em março de 2024, o Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh), da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), criou a medalha Rosa Amélia Alves de Araújo e homenageou essas trabalhadoras.

Com sua militância no campo do trabalho, elas foram fundamentais para a melhoria da saúde de seus companheiros e companheiras de profissão. Com duas honras póstumas, *Radis* conversou com duas das condecoradas em vida, ouvindo suas histórias e buscando nelas características que floresceram em todas.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

GUILHERMINA DA ROCHA

Uma descoberta aos cinco anos fez Guilhermina decidir ser professora. Era um dia até então normal, uma situação de rotina: a mãe estava fazendo uma compra e “nós, crianças, infernizando a vida dela”, descreve. Irmã de mais seis, Guilhermina faz parte da “segunda ninhada”, conta, a dos filhos mais novos que Dona Cecília levou com ela para fazer um crediário. Guilhermina notou que a mãe borrava os dedos com tinta para assinar o carnê com as digitais. “Perguntei por que ela estava sujando o dedo. Obviamente eu queria fazer também”, lembra. A resposta marcou a memória da filha: “A mamãe não sabe escrever o nome dela”, disse Dona Cecília.

“Foi um dia muito forte para mim porque eu vi no semblante dela o que poderíamos chamar de vergonha”, comenta a educadora e sindicalista, atualmente coordenadora da Secretaria de Saúde e Previdência da Federação Estadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no Estado do RJ (Fettert) e diretora do Sindicato dos Professores de Macaé e Região (Sinpro).

Na época, ela já tinha se alfabetizado sozinha, lendo os jornais que protegiam o chão encerado da casa. Depois de ouvir que a mãe era analfabeta, uma Guilhermina ainda criança quis ensiná-la. A iniciativa foi um motivador e, logo, mãe e filha compartilhavam os mesmos bancos escolares.

“Mamãe foi corajosa, fez a prova do antigo Mობral [Movimento Brasileiro de Alfabetização], entrou na escola e nós duas convivemos no mesmo espaço escolar. Eu estudava de manhã e ela, à noite”, narra. Com mais de 40 anos de idade, Dona Cecília não sucumbiu. Pelo contrário. “Lembrei até de Elza Soares, uma cantora que ela gostava muito e dizia ‘eu não vou sucumbir’”, conta.

Descobrir-se educadora, entretanto, foi apenas o início de sua caminhada. Aos 15 anos, Guilhermina foi presidente do Grêmio da Escola Carmela Dutra em Madureira, na Zona Norte do Rio de Janeiro, mas entrou para o movimento secundarista por, digamos, vontade coletiva. “Tínhamos visto uma reportagem que os estudantes estavam brigando pelo passe livre. Isso em 1985, 1986”, narra Guilhermina sobre a vez em que uma passeata organizada pelos alunos da Carmela ganhou evidência. “Deu televisão, deu polícia, deu tudo que você possa imaginar”. De fato, até mesmo pessoas do movimento estudantil surgiram tempos depois pedindo para falar com quem tinha feito o protesto acontecer. “Vou te chamar a líder”, disse a guarda da portaria.

De representante estudantil, Guilhermina se tornou professora da rede pública e privada e passou a atuar no movimento sindical. Já trabalhou com Educação Inclusiva e Educação Popular — esse último lhe rendeu até mesmo um prêmio que a levou para Paris. Foi também diretora e coordenadora de diversos sindicatos e federações na área da educação, como o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do RJ (Sepe).

São 40 anos de trajetória sendo uma ponte entre sociedade e movimento social. Chegou no Cesteh dessa maneira, levando merendeiras, porteiros e outros profissionais da educação para dentro do campo de estudos da Saúde do Trabalhador. “Nós que somos base nunca saímos. Deixamos de ser direção, mas nunca deixamos o sindicato”, afirma. Em uma hora e meia de conversa com *Radis*, Guilhermina conta histórias que demonstram na prática seu compromisso social e político, sua “busca



Guilhermina da Rocha, a sindicalista da educação filha de mãe analfabeta

incessante para que a educação se torne — não vou usar o termo igualitária, mas — justa”, descreve.

Desde a vez em que, aos 20 e poucos anos, fugiu para São Paulo para participar do Primeiro Encontro do MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), organizado por Paulo Freire, até o dia em que ganhou voz de prisão e foi protegida por outras mulheres durante uma passeata, ao falar sobre o futuro, Guilhermina é incisiva: “O futuro é hoje. O futuro para as nossas crianças e nossa juventude tem que ser hoje e ainda temos muita luta”.

MARIA DOS CAMELÔS

Quando atendeu *Radis* por chamada de vídeo, Maria de Lurdes estava na Ocupação Gilberto Domingos. Localizada no prédio de número 48 da Rua Riachuelo, no bairro da Lapa, Centro do Rio, a iniciativa é organizada pelo Movimento Unidos dos Camelôs (Muca), e ocupa o imóvel para transformá-lo em moradia popular para ambulantes e camelôs.

“Queremos morar e trabalhar na cidade. Enquanto o prefeito [Eduardo Paes] quer fazer os empreendimentos e o Reviver Centro [projeto de revitalização] para colocar só rico morando aqui, nós ocupamos um espaço para dar moradia aos camelôs pobres do Rio de Janeiro”, sustenta Maria de Lurdes, coordenadora geral do Muca e da ocupação, mais conhecida como Maria dos Camelôs.

Seu apelido sintetiza o valor e a luta de Maria como figura representativa da categoria dos ambulantes, mas esconde uma história que começa aos 12 anos, quando sai de Minas Gerais para morar em Engenheiro Pedreira, no município de Japeri, no Rio de Janeiro. “Quando chego no Rio, vou trabalhar em casa de família para ajudar minha mãe a criar meus irmãos mais novos. Era muito difícil por conta de toda a necessidade que passávamos em casa. Eu queria estar junto dos meus irmãos. Era muito nova para estar dentro de casa de família tomando conta de uma criança que tinha quase a minha idade”, conta sobre os três anos que passou como trabalhadora doméstica numa casa no Cosme Velho, na Zona Sul.



Mesmo com todas perseguições que sofreu, Maria dos Camelôs não perde a alegria e a força

Depois disso, Maria foi criar porcos. Sua avó lhe deu a primeira porquinha e, no primeiro trem do dia, às 4h07 da manhã, ela se dirigia ao restaurante Bom Galeto do Méier para pegar lavagem para os bichos e pão velho na padaria Imperator. “Eles já deixavam separada a comida que era a lavagem para o porco e davam a pele da galinha para levarmos para casa, fazer óleo de cozinha e ainda comer, porque não tínhamos grana para nada”. Durante muito tempo, esse foi o trabalho de Maria, até que aos 23 anos, depois de virar mãe e sair de um relacionamento abusivo, a rua a acolheu.

“Foi a rua que me fez ter a liberdade de trabalhar, de ganhar meu sustento, de conseguir pagar alguém para tomar conta das crianças, que, na época, eram muito pequenas, de ter o direito de ir em uma festa da escola no Dia das Crianças, no Dia das Mães, no Dia dos Pais, já que eu era mãe e pai”, narra. De uma mulher que preferia se abster das brigas e dos confrontos entre ambulantes e forças policiais — “Meus filhos eram muito pequenos, eu estava terminando meu segundo grau. Eu tinha medo” —, Maria virou, como ela mesma descreve, “uma leoa” após o nascimento do seu terceiro filho.

“Quando os guardas pegavam os camelôs, eu ia para cima, entrava em viatura para pegar as mercadorias. Fiquei muito manjada e muito exposta”. Até que, quinze dias após seu parto, Maria foi agredida pelas forças de segurança pública do Rio, o que a levou de volta ao hospital com um nariz quebrado e os pontos da sua cesariana abertos. Foi o estopim de sua luta por direitos para os ambulantes. “Vim com isso na cabeça, volto para a rua e marco uma reunião com os camelôs onde hoje é a minha barraca. Por isso eu falo que a cidade e a rua são o meu chão de fábrica”, sustenta.

Em 2003, o Muca nasceu. “Ele fez 20 anos. Ficou maior de idade”, brinca. Desde então, e agora com 49 anos e mãe de quatro filhos, a mineira carioca é uma figura ativa na luta pela garantia de segurança social e física dos ambulantes. Ela disse no primeiro ato do movimento que nunca abandonaria os camelôs e, assim sendo, luta diariamente pelo reconhecimento da sua categoria como trabalhadores. “Contribuímos muito com a cultura, a economia e a segurança da cidade. Nós fazemos a roda da economia girar”, aponta.

“Conseguimos vender nossa mercadoria mais barata e dar acesso para quem não tem grana participar de coisas que não

são para nós. Se a gente vai para o show da Madonna vender cerveja, nós somos os garçons dessas festas maravilhosas. O Carnaval é sustentado pelos trabalhadores. Carnaval não é para pobre, carnaval é para quem tem dinheiro”, completa.

Suas vivências e convicções permitem que ela fale sobre o preconceito racial e de classe que está por trás da repressão policial aos camelôs, sobre o desemprego, a evolução da tecnologia e a informalidade que surge a partir desses processos e sobre as pessoas que fizeram a luta antes dela.

De volta à ocupação, ela sintetiza uma resistência que é coletiva, mas que exprime uma marca da sua individualidade: “Quando fazemos isso, estamos desafiando esse sistema que fala que a gente não vai ficar aqui. Nós vamos ficar. Vão ter que nos engolir, nós somos bem ‘brabinhos’, não damos mole, nem vamos abaixar a cabeça. Não tem dinheiro que nos compre. Somos muito honestos no que fazemos.” 

QUEM FOI ROSA AMÉLIA ALVES DE ARAÚJO?

Rosa Amélia Alves de Araújo, que dá nome à medalha, nasceu em 25 de agosto de 1939 no Espírito Santo. Trabalhou como fiandeira numa indústria têxtil no Rio de Janeiro, onde foi exposta ao amianto e acometida pela asbestose. Rosa fez um trabalho de “formiga”, reunindo as trabalhadoras na luta contra o amianto e organizando a sede da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea) no Rio de Janeiro, da qual foi presidente. Sua história e dedicação contribuíram para alertar sobre a exposição ao amianto e fortaleceram a luta pela saúde de trabalhadores e trabalhadoras.

CONHEÇA AS OUTRAS HOMENAGEADAS PELA MEDALHA ROSA AMÉLIA

- * Natália Russo, petroleira e diretora do Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro-RJ) e da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP)
- * Maria Lucia Nascimento do Carmo, fiandeira e presidenta da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto de 2017 a 2022
- * Luiza de Fátima Dantas, agente de combate a endemias (ACE), líder comunitária e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Combate às Endemias e Saúde Preventiva no Estado do Rio de Janeiro (SintSaudeRJ) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

DIVERSIDADE DESPROTEGIDA

COMO A DITADURA AMEAÇOU A VIDA E A SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIAP+ NO BRASIL

ADRIANO DE LAVOR

Rua da Relação, nº 40, esquina com rua dos Inválidos, zona central do Rio de Janeiro. O endereço ainda causa desconforto no ator carioca Arcindo José da Silva, o Soca. Foi naquele edifício de três pavimentos, tombado pelo patrimônio histórico, que ele passou por uma situação de muito terror, nos anos de 1970. Durante a ditadura militar (1964-1985), funcionava ali o temido Dops (Departamento de Ordem Política e Social), cenário de prisões e tortura dos dissidentes do regime.

Soca tinha 20 e poucos anos quando foi interrogado por horas em uma das salas do prédio por uma dezena de pessoas, que insistiam em saber o que ele fazia em 31 de março de 1964, o que ele pretendia, quais eram as suas intenções políticas. As perguntas se sobrepunham e não davam chance para que ele raciocinasse, o clima era de intimidação e terror, lembra o ator, hoje com 77 anos.

Atualmente na vice-presidência da Turma OK, que segundo seus integrantes foi o primeiro clube LGBTQIAP+ (Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queers, intersexos,

assexuais, pansexuais e mais) fundado no país, em 1961 — e ainda hoje em funcionamento —, ele conta que, no momento do interrogatório, já não vivia mais no Brasil. Havia migrado para a Austrália, em busca de uma vida com mais liberdade. Voltou ao Rio para ver a mãe e, ao retornar a sua casa, descobriu que precisava de um visto de saída do Brasil.

Foi aí que viu seu nome ser confundido com o de outra pessoa, que se chamava Arlindo, erro que o levou ao interrogatório violento na sala do Dops. “Ali eu poderia ter sumido”, supõe. “Eu só consegui ser liberado porque, mesmo aos prantos, os fiz entender que haviam detido a pessoa errada”, lembra.

Na conversa em que recorda essa história, no fim de maio de 2024, em uma noite de sexta-feira na atual sede da Turma OK - que coincidentemente funciona na mesma rua dos Inválidos, no Rio de Janeiro, Soca avalia que o episódio ilustra bem como era a vida de gays, lésbicas e travestis na época da ditadura. Tensão e vigilância constantes; austeridade, moralismo, perseguições e violência. “Era tudo muito difícil para todos. Para nós

[gays], era um terror”, diz, enquanto toma providências para o show dos aniversariantes do mês.

Um clima de medo que, se afetava a população como um todo, recaía com maior força a quem se mostrasse diverso, como explica o historiador estadunidense James Green: “Os discursos médicos, legais, religiosos e moralistas marginalizavam as pessoas que tinham comportamento sexual ou gênero diferentes do normativo”.

Na entrevista que concedeu à *Radis* por videochamada [Leia nesta edição e na íntegra no nosso site], falando de Nova Iorque, ele conta que a discriminação contra pessoas LGBTQIAP+ já existia no Brasil, mas a situação se intensificou com o golpe. “O Estado de exceção, instalado a partir de abril de 1964, deu maiores poderes ao governo centralizado, à polícia e às Forças Armadas. Eles tinham muito mais poder para fazer coisas sem uma autorização democrática”, destaca o historiador, que estuda o tema desde o fim dos anos 1960.

Brasileirista, hoje professor de História Moderna da América Latina na Brown University, nos Estados Unidos, onde coordena um núcleo



de pesquisa sobre sexualidade e ditaduras civis e militares, James conheceu o país em 1976. Veio para passar seis meses e acabou vivendo no Brasil por seis anos. Aqui fez amigos, envolveu-se na luta contra a ditadura, fundou o Somos: Grupo de afirmação homossexual, em 1978, em São Paulo, escreveu artigos e livros sobre a relação entre ditadura e homossexualidades.

Em 2014, foi um dos pesquisadores responsáveis pela inclusão de um capítulo sobre o tema no relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), ao lado de Renan Quinalha, advogado na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva.

AMEAÇA À MORAL E AOS BONS COSTUMES

Na introdução do documento da CNV, os autores revelam que a ditadura não tinha uma política de Estado formalizada no sentido de exterminar os homossexuais, “a exemplo de como existia uma campanha anunciada e dirigida para a eliminação da luta armada com repressão de outros setores da oposição”. Porém, a ideologia que justificava o golpe, o regime autoritário, a cassação de direitos democráticos e outras violências, em nome de valores conservadores ligados à doutrina da segurança nacional, tinha uma perspectiva “claramente homofóbica”, que relacionava a homossexualidade às esquerdas e à subversão.

O texto infere, portanto, que o Estado passa a representar o homossexual como “nocivo, perigoso e contrário à família, à moral prevalente e aos ‘bons costumes’”, uma visão “que legitimava a violência direta contra as pessoas LGBT, as violações de seu direito ao trabalho, seu modo

de viver e de socializar, a censura de ideias e das artes que ofereciam uma percepção mais aberta sobre a homossexualidade e a proibição de qualquer organização política desses setores”. [Leia mais sobre o documento nesta edição e no site de *Radis*].

E como isso se refletia na vida das pessoas LGBTQIAP+? James diz que, na prática, isso significava, em primeiro lugar, que gays, lésbicas e travestis podiam ser presos arbitrariamente, sem nenhuma proteção legal. “Se a polícia achasse que era viado, prendia. Não havia instrumento de proteção, não tinha habeas corpus, a polícia pouco se importava com os direitos do cidadão”, comenta o historiador. Com as mulheres não era diferente: A “operação sapatão”, no início dos anos 1980 prendeu inúmeras mulheres em São Paulo, sob o simples argumento de que eram lésbicas. [Veja a linha do tempo sobre a atuação das lésbicas na ditadura no site de *Radis*].

Em segundo lugar, pessoas LGBTQIAP+ estavam mais sujeitas à violência, já que diante de ameaças de revelação de sua sexualidade, ficavam expostas a chantagens e até à morte. “Houve muitas matanças, na época”, diz James, ressaltando que as vítimas não ousavam pedir proteção à polícia, sob o risco de serem ridicularizadas ou presas.

Soca relembra o período e revela que ter sido preso, pelo menos três vezes, somente por estar em lugares considerados “suspeitos” — leia-se locais frequentados por gays. “A polícia prendia sem motivo algum e ninguém contestava”.

Ele lembra que entre os 18 e 20 anos estava no quartel, como quase todos de sua idade, e que a repressão era a regra. Como soldado, tinha que ser discreto,



ACERVO PESSOAL

andar fardado com cabelo cortado “na régua”. Bastava estar à paisana que já era motivo de ser preso, diz, ajeitando a cabeleira cacheada presa em um rabo de cavalo. “Naquela época, só podia entrar em boate aos 21 anos, então a gente se reunia em apartamentos ou nas praças para conversar e inventar coisas, mas era muito perigoso”, relata.

UMA TRAVESTI INTERPRETA JOANA D’ARC

Quem também serviu ao Exército, por exigência do pai, foi a travesti gaúcha Yeda Brown, quando ainda era um jovem e sonhava em se tornar uma estrela, nos moldes da brasileira Rogéria (1943-2017) e da francesa Coccinelle (1931-2006). Prestes a completar 77 anos, a musa de Dalí [como ficou conhecida pela imprensa espanhola] relembra o período da ditadura, a pedido de *Radis*, e conta, em conversa pelo telefone, que “teve sorte” naquela época.

Do apartamento onde mora no bairro da Tijuca, na Zona Norte do Rio de Janeiro, ela relata que o garoto educado em Bagé (RS), quase na fronteira com o Uruguai, chegou ao Rio de Janeiro no fim dos anos 1960 e logo foi obrigado a se alistar no Primeiro Batalhão de Combate, que funcionava na Avenida Brasil. “Os primeiros meses de treinamento foram terríveis, e não vi outra solução senão interpretar Joana D’Arc” [heroína francesa que se travestiu de homem para lutar na Guerra dos Cem Anos, na Idade Média], revela. “Eu já levava uma vida de teatro”, relembra.

A tentativa paterna de “consertar” o filho não deu certo e logo o processo de transição de gênero começou, mesmo em ambiente adverso. Apesar do medo e da repressão, Yeda

Yeda Brown, a vedete musa de Salvador Dalí, e Soca, o ex-militar fundador da Turma OK: duas pessoas que viveram sob o regime da ditadura no Brasil



ADRIANO DE LAVOR

se encantou com o clima efervescente dos shows de teatro de revista que aconteciam no Teatro Rival e nas casas noturnas da Praça Tiradentes, na zona central do Rio de Janeiro. “Já havia uma mulher dentro de mim”, conta, revelando que neste período ela, assim como outras travestis, já faziam uso de hormônios, que eram usados indiscriminadamente e vendidos sem nenhuma restrição nas farmácias. *[Leia mais sobre a realidade de travestis no Rio dos anos 1960 em matéria no site]*

Não demorou para que as curvas e o talento da gaúcha chamassem atenção dos produtores de shows e que Yeda passasse a dividir os palcos com Rogéria e outras estrelas da época, o que a permitiu ter o seu “carnê de artista”, documento que a permitia trabalhar em casas noturnas, e a embarcar para temporadas no exterior. Nem tudo era um mar de rosas, mas ela relembra o período com certa ambiguidade, alegando que não lhe faltava trabalho e que a repressão do regime não afetava diretamente sua rotina.

Yeda relata algumas restrições no uso de roupas femininas em público, mas atesta que foi um dos períodos em que mais fez shows. No entanto, revela que ela e outras foram “cobaias” no uso de substâncias que não sabiam exatamente como agiam em seu organismo. “Eu não sei como não morri de tanto que eu tomei hormônio. Ninguém tinha endocrinologista, a gente tomava por indicação das amigas. Algumas passavam mal e ficavam muito agressivas, mas comigo nada de ruim aconteceu e logo apareceram as curvas”, relembra.

ARBITRARIEDADES E AMBIGUIDADES

No texto que escreveu para a CNV e na entrevista que concedeu à *Radis*, James comenta essa ambiguidade que se observa na época. “Pode-se dizer que existia também certa tolerância, ainda que bastante relativa, de alguns setores às práticas homossexuais, desde que estas se mantivessem dentro de espaços sociais bem demarcados e circunscritos”, registra o relatório da CNV.

Carnaval, lugares fechados e isolados de sociabilidade LGBT, certas profissões consideradas “delicadas” ou “criativas” para homens, ligadas às noções de gênero sobre a feminilidade tradicional, bem como certos lugares reservados para mulheres masculinizadas eram tolerados, aponta o historiador, que se aprofunda no tema em um dos seus livros, intitulado *Além do carnaval — A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*, editado em 1999.

Soca identifica exatamente no carnaval os momentos em que pode exercer minimamente sua liberdade na juventude, já que naquele período os encontros, principalmente de homens, eram vistos como subversivos. Ele relata à *Radis* que o Baile dos Enxutos, entre outros que aconteciam naquela época, era um ponto de encontro de homens gays; em outros momentos do ano, as reuniões da Turma OK, por exemplo, só aconteciam em apartamentos. É nesse período que nasce uma tradição do grupo, a de aplaudir silenciosamente, apenas com o estalar de dedos. Naquele momento, aplausos chamavam a atenção de vizinhos, que poderiam denunciá-los à polícia.

DITADURA ATRASOU ORGANIZAÇÃO

Apesar das restrições impostas pela censura, havia, para além do carnaval, uma certa resistência artística que forçava os limites da moralidade imposta pelo regime conservador, conta James. Além dos shows de travestis e transformistas, performances andróginas protagonizadas por artistas como Ney Matogrosso e Caetano Veloso e espetáculos encenados pela companhia de teatro e dança *Dzi Croquettes [grupo artístico brasileiro que atuou entre 1972 e 1976]* atraíam público às casas noturnas e eram exibidos na televisão.

Ao mesmo tempo, casas noturnas e outros espaços de convivência do público gay tomavam espaço nas grandes cidades brasileiras, em consonância com o estímulo ao consumo. Uma realidade, que indiretamente, possibilitou uma crescente sociabilidade do público LGBTQIAP+.

Mesmo reconhecendo que esta possibilidade estava restrita aos setores das classes média e alta da sociedade brasileira, James reconhece a importância destes lugares, argumentando que o fenômeno cria uma noção de comunidade, a sensação de que havia pessoas em situação parecida, o que para ele são alicerces para qualquer movimento organizado: “A noção de comunidade, de coletividade ou de que temos alguma coisa em comum”.

De todo modo, esclarece o historiador, é importante entender que a ditadura atrasou, por muitos anos, a organização política da população LGBTQIAP+ no Brasil. “A situação política, naquele momento, não permitia que as pessoas imaginassem a possibilidade de se organizar em um grupo politizado. A repressão, o medo e a falta de experiência das pessoas não facilitavam”, diz o pesquisador.

Isso se intensificou em 1968, quando foi decretado o AI-5 *[Ato Institucional nº 5]*, o mais repressor instrumento jurídico da Ditadura Militar. Em uma resposta contundente às tentativas de oposição ao regime, os militares fecharam o Congresso Nacional, suspenderam habeas corpus, além de uma série de medidas (entre elas a prática de tortura como política de Estado). “O AI-5 abafou qualquer possibilidade de uma organização política de pessoas LGBTQIAP+”, defende James.

É dessa época uma memória relatada à *Radis* por Soca, que teve sua casa invadida pela polícia, exclusivamente porque sua irmã era universitária e, por isso, considerada suspeita de subversão. “Ela havia sido eleita rainha de um clube da Marinha e tinham feito uma foto dela com o cabo Anselmo” *[Líder da Revolta dos Marinheiros, que deu início à série de eventos que culminaram na derrubada do presidente eleito João Goulart pelo golpe de Estado de 1964]*. “Ela nem o conhecia”, esclarece Soca.

Neste período, Yeda já estava fora do Brasil, mas não se livrou dos regimes autoritários. Passou pelo Uruguai — que experimentou um regime de exceção entre 1973 e 1985 —, pela Argentina — o mesmo, entre 1976 e 1983 —, pela Espanha — entre 1939 e 1975 — onde viveu, até 2012. “Só lá pude viver realmente como mulher”, rememora, revelando que lá criou coragem

e pediu ao pai militar que financiasse sua cirurgia de redesignação sexual.

A transgenitalização foi feita na Bélgica, quando o procedimento ainda era clandestino. Felizmente, deu tudo certo, conta. No período em que viveu na Espanha, encantou plateias e artistas do quilate de Salvador Dalí, de quem foi considerada a “última musa”. Sobre o que passou, reflete: “Eu acho que nós fomos as cobaias de tudo isso, né? Graças a nós que hoje em dia elas têm tudo na mão, né?”

Soca conta que, ao retornar ao Brasil, trabalhou muitos anos assessorando artistas, entre eles os cantores Emílio Santiago (1943-2013) e Cauby Peixoto (1931-2016). Hoje, divide seu tempo entre a paixão pelo carnaval — e pela festa de Parintins (AM) — e o trabalho voluntário que exerce na Turma OK que, faz questão de frisar, “é um clube de família, onde todos são respeitados”. Sobre os dias de hoje, defende que deve haver respeito por parte de quem quer ser respeitado, seja qual for a sexualidade.

RESISTÊNCIA SE FORTALECE NA ABERTURA

A situação política só começa a mudar a partir de 1974, quando o presidente Ernesto Geisel anuncia a “distensão” e, após isso, durante o governo de Figueiredo [1979-1985], que vai chamá-la de “abertura”. James conta que a censura vai diminuindo, os estudantes voltam às ruas e “tem-se a sensação de que é possível mudar a sociedade brasileira”. Segundo ele, são as mobilizações estudantis de 1977 que inspiram a criação de grupos e movimentos como o jornal Lampião da Esquina [1978-1981] e o Somos: Grupo de afirmação homossexual [1978], que ele ajudou a fundar.

Sobre os dias de hoje, o historiador considera fundamental a discussão sobre o período da ditadura, já que o regime deixou repercussões que ainda não foram enfrentadas pela sociedade brasileira. “O fato de nenhum agente de Estado que cometeu graves violações de direitos humanos ter sido punido, nenhum militar torturador ter sido preso são coisas sérias, porque isso implica em impunidade”, aponta. Para ele, “refletir sobre o passado é a melhor maneira de entender o presente e prever o futuro e indica como podemos solucionar problemas crônicos no Brasil que nunca foram resolvidos”.

Por fim, louva a iniciativa de a homossexualidade ter sido discutida no relatório da Comissão Nacional da Verdade, comemorando o fato de o Ministério dos Direitos Humanos ter organizado um grupo de trabalho Ministerial de Memória e Verdade das Pessoas LGBTQIAP+ que vai tratar das reparações da discriminação e da repressão que sofreram as pessoas ao longo da história. “O relatório vai trazer recomendações de criação de memória e de incentivo a bibliotecas e arquivos, gerando uma reparação coletiva que possa expandir o espaço LGBTQIAP+ dentro da sociedade brasileira”.

“A FALTA

SECOS E MOLHADOS/DIVULGAÇÃO

SECOS E MOLHADOS/DIVULGAÇÃO

Secos & Molhados, Yeda Brown e Dzi Croquettes: a ambiguidade e a androginia presente nos palcos era alvo da censura, durante a ditadura

DIVULGAÇÃO/SEC

JAMES GREEN

DE DEMOCRACIA CRIA OBSTACULOS PARA A VIDA”

Quando descreve o período posterior ao Golpe de 64, no livro *Além do carnaval – A homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (lançado no Brasil em 1999, pela editora Unesp), o historiador brasileiro James Green resgata contextos que dão pistas sobre como a ditadura militar (1964/1985) interferiu na vida de gays, lésbicas e travestis que viviam nas grandes cidades brasileiras.

Se por um lado o crescente mercado de consumo permitiu a criação de espaços de sociabilidade, com abertura de negócios de entretenimento, e no campo cultural se havia espaço para experimentações no comportamento sexual e social, por outro a arbitrariedade do regime, reforçada e apoiada pelo conservadorismo moral e religioso, tornava insalubre (e perigosa) a vida de quem não era “discreto” em relação a identidades, gêneros ou estilos de vida que fugissem à norma.

Eram tempos em que reclamar por direitos não somente não era permitido, como também causava problemas, contou James na entrevista que concedeu à *Radis* no fim de maio. “Havia uma arbitrariedade total, sem nenhuma proteção e nem a noção que era possível se queixar pelos direitos”, disse o pesquisador e ativista, que voltou seu olhar para o país no fim dos anos 1960, quando lutava por direitos civis em sua terra natal, os Estados Unidos, e se interessou pelas forças que se opunham às ditaduras latino-americanas. James chegou ao Brasil em 1976 e por aqui ficou seis anos. Fez amigos, iniciou pesquisas, envolveu-se em política, participou da criação do Somos: Grupo de afirmação homossexual, em 1978, considerado pioneiro no país. A ligação com o Brasil permaneceu e se aprofundou, à medida em que pesquisou e escreveu livros e artigos sobre a história do país e sua relação com as homossexualidades. O historiador também resgatou a memória de Herbert Daniel, importante ativista brasileiro, e registrou abusos cometidos durante o período de exceção (apontados no relatório temático da Comissão Nacional da Verdade, que assina com o pesquisador Renan Quinalha).

Hoje professor de História Moderna da América Latina na Brown University, nos Estados Unidos, onde coordena um núcleo de pesquisa sobre sexualidade e ditaduras civis e militares, James rememora o passado e descreve, nesta entrevista, como a repressão e o medo atrasaram a organização política de homossexuais no Brasil, ao mesmo tempo em que relata como grupos atuavam para resistir e sobreviver ao regime. Ele fala também sobre o atual movimento LGBTQIA+, destaca a importância do ativismo de Herbert Daniel e apresenta dados reunidos no livro *Escritos de um viado vermelho — Política, sexualidade e solidariedade*, recém-lançado em 2024.

Uma conversa em que apontou o quanto o medo expôs pessoas diversas à vulnerabilidade e propôs reflexões sobre o que se pode aprender com a luta pela democracia: “Entender o passado é a melhor maneira de entender o presente e prever o futuro, e indica como podemos solucionar problemas crônicos no Brasil que nunca foram resolvidos”.

Sua aproximação com o Brasil aconteceu no período em que o país enfrentava uma ditadura civil-militar. Como era a vida das pessoas LGBTQIA+ nos contextos em que você circulava?

É muito difícil, como historiador, não pensar no contexto da minha experiência individual. Agora, com minhas pesquisas e livros, conheço muito mais a realidade do país ao longo desse período, e antes de chegar no Brasil, em 1976. A discriminação contra as pessoas LGBTQIA+ é um fenômeno anterior ao golpe de 1964. Os discursos médicos, legais, religiosos e moralistas marginalizavam as pessoas que tinham comportamento sexual ou gênero diferentes do normativo. As pessoas que aceitaram sua sexualidade e sua noção de gênero também resistiam, ocupando os espaços nos centros urbanos onde tinham certa liberdade relativa além dos dias de carnaval — como eu argumento no meu primeiro livro. [Além do carnaval – A homossexualidade masculina no Brasil do século XX, 1999]

O que mudou a partir de 1964?

O que foi diferente é que o Estado de exceção, instalado a partir de abril de 1964, deu maiores poderes ao governo centralizado, à polícia e às Forças Armadas. Eles tinham muito mais poder para fazer coisas sem uma autorização democrática, ou seja, com muita exceção, sem controle de outros segmentos. Então a sociabilidade entre as pessoas LGBTQIA+ continuava existindo, mas ao mesmo tempo o Estado tinha maior poder para prender, investigar, marginalizar e criar problemas para as pessoas. Ironicamente, entre 1968 e 1973, quando houve uma expansão na economia brasileira — que é chamada milagre econômico brasileiro, quando o crescimento era 11% ao ano — havia uma inovação na sociabilidade LGBTQIA+ com a abertura de bares, boates e outros espaços comerciais que atendiam a um público que era cada vez maior. Por causa dessa expansão da economia, setores das classes médias e altas tinham maior poder aquisitivo para poder sair e estar nesses lugares. Isso vai criar espaços LGBTQIA+ dentro das principais cidades do país e uma certa comunidade entre as pessoas que frequentam esses lugares, dando condições para que haja uma resistência mais politizada por parte da comunidade. Isso se nota muito a partir de 1969.

Isso acontecia somente no Brasil?

Nos Estados Unidos, na Europa e na Argentina já existiam grupos LGBTQIA+ politizados, que reivindicavam direitos. No Brasil, é nesse momento que surgem os primeiros

movimentos organizados, crescendo, mobilizando e inspirando pessoas a se assumirem e lutarem por seus direitos. Mas, quando as condições estão dadas para se organizar um movimento que force realmente uma mudança na sociedade é decretado o AI-5 [Ato Institucional nº 5], que era basicamente uma tentativa de eliminar toda a oposição radical contrária ao regime. Há o fechamento do Congresso e a suspensão de habeas corpus, entre uma série de medidas (entre elas a prática de tortura como política de Estado). O AI-5 abafou qualquer possibilidade de uma organização política de pessoas LGBTQIA+. Quando podia ter surgido, em 1969 ou 1970, um movimento forte no Brasil, não foi possível justamente por causa da repressão da ditadura militar.

Então a resistência começou a se organizar a partir do consumo?

O consumo é apenas reflexo de uma sociabilidade crescente. Por exemplo: você é um gay de uma cidade menor; descobre dois ou três amigos que também são gays. Tudo bem discreto. E você vai à zona da cidade onde você tem mais liberdade. Se houver lugares onde você possa ir e encontrar outros gays e lésbicas, você eventualmente vai criar uma noção de comunidade. Essas possibilidades crescem, especialmente entre as classes médias e altas, mas também para qualquer pessoa que está carente de sociabilidade. Então vamos supor: a boate mais importante de São Paulo era a Medieval [boate gay pioneira, aberta em 1971]; pessoas mais pobres não podiam pagar o ingresso, então poupavam dinheiro para ir lá de vez em quando; no entanto, dentro dessa boate, nesse meio, criava-se a noção de que “somos muitos, somos uma comunidade de pessoas que têm uma situação parecida”. Isso são os alicerces para qualquer movimento, a noção de comunidade, de coletividade ou de que temos alguma coisa em comum.

Uma proteção coletiva...

O processo individual de assumir, falar com os seus melhores amigos, talvez para sua tia, que é simpática, eventualmente para a família, é muito mais difícil. Falar ou não para a família, apresentar um namorado sem dizer que é namorado, isso tudo é um processo individual. Quando você junta essas pessoas nos lugares coletivos, cria mais possibilidades de sociabilidade e de uma politização entre um segmento de pessoas. Mas a situação política, naquele momento, não permitia que as pessoas imaginassem a possibilidade de se organizar em um grupo politizado.

“ O AI-5 ABAFOU QUALQUER POSSIBILIDADE DE UMA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE PESSOAS LGBTQIA+ ”



“ OS DISCURSOS MÉDICOS, LEGAIS, RELIGIOSOS E MORALISTAS MARGINALIZAVAM AS PESSOAS QUE TINHAM COMPORTAMENTO SEXUAL OU GÊNERO DIFERENTES DO NORMATIVO.”

A repressão, o medo e a falta de experiência das pessoas não facilitavam. Ao mesmo tempo, as condições sociais e culturais estavam se transformando.

Pode dar exemplo?

Os Dzi Croquettes [grupo artístico brasileiro que atuou entre 1972 e 1976], que vocês devem conhecer pelo filme que fizeram sobre eles [2009], foram um fenômeno. Eram peças de teatro feitas por gays, que se vestiam de mulheres, com um comportamento meio ambíguo, meio andrógino. Foi muito popular em um setor da classe média que tinha mais condições de consumir, que podia ir ao teatro assistir a uma peça; havia milhares de outras pessoas, que eram gays e lésbicas, que assistiam às peças e criavam uma noção de que “temos uma coisa que é nossa, temos uma sociedade muito repressora, precisamos fazer alguma coisa sobre isso”. Mas a situação política era tão repressora que era difícil as pessoas imaginarem a possibilidade de fazer algo.

Quando isso começa a ser diferente?

Isso muda quando a situação política também começa a mudar. A partir de 1974, quando o Geisel anuncia a “distensão”, e durante o governo de Figueiredo [1979-1985] que vai chamá-la de “abertura”, há possibilidades de se pensar em uma organização. Vai-se abrandando a censura, vão se permitindo certas peças de teatro — que antes eram proibidas por serem imorais. Existe menos medo. A partir de 1977, quando os estudantes saem às ruas contra a prisão de colegas da USP [Universidade de São Paulo] e começam mobilizações, depois de 10 anos em que não era possível sair nas ruas pelo medo da repressão, tem-se a sensação de que é possível mudar a sociedade brasileira. As mobilizações estudantis de 1977 serão um elemento, entre vários, a inspirar um grupo de intelectuais a fundar o jornal *Lampião da Esquina* [1978-1981] e um grupo de jovens em São Paulo a fundar o primeiro grupo politizado LGBTQIA+, o *Somos: Grupo de afirmação homossexual* [1978].

Que aspectos da saúde das pessoas LGBTQIA+ eram mais afetados pelo regime de exceção?

Em primeiro lugar, havia a possibilidade de prisão arbitrária de qualquer pessoa. Se a polícia achasse que era viado, prendia. Não havia instrumento de proteção, não tinha habeas corpus, a polícia pouco se importava com os direitos do cidadão. Existia uma arbitrariedade que criava uma situação muito complicada. É claro que um gay da classe média alta, que andava bem-vestido, que tinha sua carteira assinada e dinheiro, passava pela polícia. Ele podia dizer: “você sabe com quem está falando? Sou advogado, sou engenheiro, eu sou tal”. O cara era solto e não tinha problema. Se fosse um gay ou lésbica pobre, eles eram presos por vadiagem ou por outro pretexto, durante dois ou três dias. Se fosse travesti, talvez tivesse que limpar as celas da prisão, depois era solta sem nenhuma acusação formal. Havia uma arbitrariedade total, sem nenhuma proteção e nem a noção de que era possível se queixar pelos direitos. Reclamar criava mais problemas, era melhor não falar nada. Isso é um primeiro elemento.

E o que mais?

Um segundo elemento é que existia, antes e durante a ditadura (e depois, também), a violência individual contra os gays e as lésbicas, principalmente praticada por homens que atuavam na prostituição masculina. Os michês podiam matar a pessoa depois de ser contratados ou convidados a passar uma noite. Houve muitas matanças nesse período, já que a última coisa que a vítima iria pensar seria falar com a polícia — que não iria atender a pessoa e, ao contrário, iria rir porque a pessoa era gay ou lésbica. Não havia uma noção de cidadania e de direitos durante a ditadura. Isso é muito importante. Havia outros elementos de repressão inclusive dentro das Forças Armadas, que expulsavam gays quando eram descobertos, sem nenhuma proteção.

■ **Leia a entrevista completa no site de *Radis*.**

LGBTFOBIA NA DITADURA

LUIZA ZAUZA*

Vejamos os fatos. Há 60 anos, o Brasil sofria um golpe de Estado, destituindo o governo constitucional de João Goulart e passaria os próximos 20 anos num regime militar ditatorial. Dessas atividades golpistas, nasceu e cresceu todo um aparato jurídico, institucional e ideológico baseado em graves violações de direitos humanos. Censura, cassações, tortura, assassinatos, prisões arbitrárias, desaparecimentos, ocultação de cadáveres, entre outras ações de repressão, violência e vigilância, tornaram o cotidiano brasileiro uma arena de confrontos e abusos de poder.

Durante dois anos e meio, reunir essas e outras verdades incômodas fez parte dos esforços da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Iniciada em 2012 a partir da Lei nº 12.528, a CNV contou com Grupos de Trabalho e Comissões da Verdade municipais, estaduais, sindicais, universitárias e camponesas, empenhados em reconstituir os passos da história ditatorial e garantir que a memória se tornasse presente.

“Foi um trabalho bastante voluntarista que fizemos”, relata o advogado, professor e ativista Renan Quinalha sobre a organização, em conjunto com o historiador brasileiro James Green, do capítulo temático “Ditadura e Homossexualidades” do relatório da CNV. O livro organizado em 2014 por James e Renan chamado Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade e a articulação entre James e Paulo Sérgio Pinheiro, um dos conselheiros da Comissão, garantiram que o assunto não ficasse esquecido no relatório.

“Não foi um Grupo de Trabalho institucionalizado de assessores como em outras frentes, tal qual o GT de gênero, o GT dos trabalhadores, ou dos indígenas. Foi um grupo mais externo que esteve à frente e redigiu”, completa Renan, que também participou como assessor jurídico na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e como consultor na CNV e para assuntos de gênero e sexualidade. Dos artigos publicados na coletânea, foi possível organizar o relatório na direção de tornar explícitas as diferentes manifestações repressivas da ditadura contra a população LGBT.

Por meio de um trabalho meticuloso e empírico em cima de fontes jornalísticas e arquivos dos setores da censura e da polícia, Renan descreve, construiu-se um panorama das políticas de coerção contra esse grupo social. Para ele, essa parece ser a principal contribuição do documento: deixar claro que, por trás da repressão, existia uma ideologia também homofóbica. “Elas [as pessoas LGBTQIA+] também foram alvos e vítimas das políticas repressivas. Nós contrariamos uma tese que era muito difundida de que a ditadura teria sido branda do ponto de vista moral, de que era uma dita branda”.

Justificava-se o golpe e o autoritarismo em nome de valores tradicionais conservadores cuja preservação conservaria também a segurança nacional. Os “subversivos”, segundo a visão do regime, ameaçavam a ordem social. Eram contrários aos “bons costumes” e à doutrina da família. Por isso, seriam assumidos como “perigosos” e “nocivos”, figuras prejudiciais para o país cujo comportamento “antagonista” legitimaria a perseguição, a detenção e a tortura.

A população LGBT esteve no centro desse discurso tanto reacionário quanto homofóbico. Segundo as pesquisas do relatório, as forças da repressão, ao associar a homossexualidade à ideia de subversão, viam na visibilidade e na afirmação da identidade sexual uma faceta do movimento comunista que buscava convulsionar o país. Diante de toda essa visão conspiracionista do regime, gays, lésbicas e travestis foram diretamente violentados, privados do seu direito de trabalhar, impedidos de socializar e de se organizar politicamente e censurados nas artes e nas ideias.

“Ela [a ditadura] não funda a LGBTfobia, nem inaugura esse processo de perseguição aos gêneros e sexos dissidentes, que vem de muito antes, podemos dizer desde a colonização pelo menos. A ditadura condensou e institucionalizou isso ao concentrar o poder político de modo muito marcante. Todas as agências de governo e de Estado trabalhavam na perspectiva da LGBTfobia. Isso deixa marcas muito profundas e presentes em várias áreas”, sustenta Renan.

PRECONCEITO MILITAR

Em 2015, o STF decidiu pela retirada da expressão “homossexual ou não” e da palavra “pederastia” do artigo 235 do Código Penal Militar pela carga pejorativa, discriminatória e homofóbica. De acordo com o antigo texto do artigo 235, instituído em 1969, período marcado pela ditadura militar, é considerado crime sexual nas Forças Armadas “praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique, ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito à administração militar”. Antes, o título do artigo era “Pederastia ou outro ato de libertinagem”. Hoje é apenas nomeado “Ato de libertinagem”. Pederastia é uma forma depreciativa de denominar a prática sexual entre dois homens.



RODNE STOCK/PROJECT

A mais visível dessas heranças, esclarece, seria a violência policial. Para o advogado, tem-se o mesmo modus operandi coercitivo e autoritário. Outros indícios de sobrevivência da ditadura também estão na educação moralmente conservadora e nos estigmas homofóbicos, implementados por meio de “mecanismos de propaganda oficial, na educação básica, e através do controle que exerceu sobre a sociedade com a censura moral à música, às artes e à imprensa. Isso formatou uma sociedade conservadora que ainda naturaliza a violência contra pessoas LGBTQIA+”.

No capítulo do relatório, documentos oficiais e casos importantes e emblemáticos foram revelados e ilustram o que relata Renan. Como a cassação de diplomatas do Itamaraty por “práticas de homossexualismo, incontinência pública escandalosa”. Das 15 solicitações de expulsão, sete falavam nesses termos e outras utilizavam como justificativa condutas como “embriaguez”, “insanidade” e “instabilidade emocional” para cassar membros da diplomacia brasileira.

Além disso, a censura e a apreensão dos livros sobre lesbianidade da escritora Cassandra Rios, os inquéritos policiais contra colonistas como Celso Curi e editores da imprensa LGBT, como o jornal Lampião da Esquina, e as batidas, rondas e operações policiais adotadas para “limpar” as ruas e os estabelecimentos comerciais da “vadiagem” das travestis e homossexuais, são outros exemplos da aparelhagem estruturada pela ditadura em torno de violar o direito de expressão e a liberdade de ir e vir.

No tópico da saúde das pessoas LGBTQIA+, a atuação repressiva e a educação conservadora apontada por Quinalha repercutiram, por exemplo, nas discussões sobre a epidemia de HIV/aids nos anos 80. Segundo o professor, o governo demorou a agir sobre a doença logo nos primeiros casos. “A ditadura educou a sociedade de modo muito conservador, muito LGBTfóbico, o que afastou as possibilidades de diálogo com as agências de saúde, ministério, secretarias etc. Isso ajudou a atrasar

uma resposta institucional mais adequada. Demoramos a reagir, o que só ocorre no fim dos anos 80, começo dos 90, no contexto da redemocratização”, explica.

Da denúncia de tantas violações até colocar em prática ações de reparação, ainda há um longo caminho. O relatório chegou a incluir uma lista de orientações, porém, Renan afirma, “foram poucas recomendações implementadas, pois vivemos um processo de desdemocratização logo em seguida, que culminou com a eleição de Bolsonaro, mas que vem desde o golpe de 2016, com uma série de processos políticos que deram menos espaço para essa agenda de memória e verdade no Brasil”.

Duas das recomendações, entretanto, ocorreram e se destacam, diz o professor: a reescritura do parágrafo 235 do Código Penal Militar, que falava de pederastia nas Forças Armadas, feita pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2015; e a criminalização da homolesbotransfobia, que foi oficializada em 2019 também pelo STF.

Outra repercussão do trabalho da Comissão aconteceu recentemente, em julho de 2023: a criação do Grupo de Trabalho de Memória e Verdade LGBTQIA+, presidido por Quinalha e atrelado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). “Esse grupo não se debruça só sobre a ditadura, mas sobre toda a história brasileira”, ressalta Renan. “Estamos vindo desde a colonização até hoje para recontar a história brasileira na perspectiva LGBTQIA+; para nomear, ressaltar e analisar essas violências, recomendar políticas públicas e tratar de reparação com o Estado, que é a dimensão mais importante e ainda precisamos avançar”.

Acesse os relatórios da Comissão Nacional da Verdade na íntegra pelo QR Code



Para ler o capítulo “Ditadura e Homossexualidades” do relatório, use QR Code





DIVINAS DIVAS

Oito estrelas icônicas do Teatro Rival, palco da primeira geração de artistas travestis do Brasil, compartilham histórias da expressão e revolução dos anos 60. Esse é o enredo de *Divinas Divas*, filme dirigido pela atriz Leandra Leal, em 2017, e que traz no elenco a primeira geração de artistas travestis do Brasil. No filme, Rogéria, Valéria, Jane di Castro, Camille K., Fujica de Holliday, Eloína, Marquesa e Brigitte de Búzios, o grupo que testemunhou o auge da Cinelândia, no Rio de Janeiro, resgata momentos históricos de sua carreira, situando-as no contexto de repressão da Ditadura Militar. Disponível na plataforma Netflix.

LESBOFOBIA

“Embora a ditadura civil-militar não tenha inventado a lesbofobia e o lesbo-ódio, ser uma lésbica nesse período era perigoso. Além do autoritarismo, a censura e a violência da repressão, as lésbicas precisavam enfrentar os estigmas e a repulsa ao redor da lesbianidade. Viver sob o estado de exceção certamente implicou viver com medo — não à toa a maioria vivia dentro do armário”. O trecho do artigo *É suspeito ser lésbica?*, escrito por Julia Kumpera, integra a série de reportagens especiais *“Lesbianidade em tempos verde-oliva: políticas repressivas e sociabilidade lésbica”*, disponível no Memorial da Resistência em São Paulo. Acesse em <https://bit.ly/suspeitoserlesbica>.

A MUSA DE DALÍ

O curta-metragem *Yeda Brown — Efeito Borboleta*, de Pedro Murad, traz o breve relato de uma das personagens ouvidas na reportagem desta edição sobre as pessoas LGBTQIA+ na ditadura. Yeda foi uma das primeiras mulheres trans no Brasil a fazer a cirurgia de redesignação sexual, na Bélgica, em 1975, mas esperou 40 anos para ter seu nome reconhecido pelo Estado brasileiro. No filme, ela conta detalhes de sua vida, lembrando o tempo em que se tornou celebridade na Espanha pós-ditadura de Franco e foi eleita musa pelo pintor surrealista Salvador Dalí. A produção, de 2018, recebeu o prêmio de melhor documentário no 10º Concurso Silvio Tendler de Vídeos sobre Responsabilidade Social e foi elogiada em diversas mostras no exterior. Disponível em <https://bit.ly/yedabrown>.



LÉSBICAS FEMINISTAS

Um dos vídeos da série *LGBTs no Regime Militar*, produzido pelo Canal USP, resgata o início do movimento de mulheres no Brasil. As lésbicas se uniram pelo seu reconhecimento e pelo fim do machismo dentro e fora da comunidade LGBT, dando origem, em 1981, à criação do Grupo de Ação Lésbica Feminista. O grupo foi responsável por uma manifestação que culminou na revolta do Ferro's Bar, frequentado pelas mulheres LGBT na época. A série foi baseada na tese de doutorado de Renan Quinalha, do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo (USP), e conta com a participação de Marisa Fernandes, mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Disponível em <https://bit.ly/lgbtsnoremilitar>.

OPERAÇÃO - SAPATÃO

— Pega aquela ali
A estudante de 22 anos estava num ponto de ônibus da rua Martinho Prado, em São Paulo, na noite de 15 de novembro. Nem assim escapou da *Operação-Sapatão* do delegado Richetti.



Fora desses lugares — em casa, no trabalho, na escola — o que existe é discriminação:

— Até na Universidade de São Paulo — continua a estudante — onde as pessoas se consideram avançadas, os homossexuais não são

Reduzir o piso constitucional da saúde é traição ao projeto político que elegemos

ANA MARIA COSTA E JOSÉ GOMES TEMPORÃO*

A defesa do direito à saúde e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde estão no centro de projeto político que defendemos e lutamos para eleger Lula em 2022. Reduzir o piso constitucional da Saúde, asfixiando sua capacidade de investimento e de ampliação do acesso é um ataque direto aos direitos conquistados na Constituição Federal, aos desafios presentes no setor da saúde e ao futuro que buscamos construir para o país menos desigual, com condições melhores de vida e de saúde.

Limitar a correção do piso constitucional da saúde ao máximo de 2,5%, teto previsto no arcabouço fiscal, geraria perda de R\$ 24 bilhões ao Sistema Único de Saúde (SUS), segundo estimativa do presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde (AbrES), Francisco Fúncia. A perda chegaria a R\$ 30 bilhões se retiradas as receitas extraordinárias do cálculo da RCL (Receita Corrente Líquida), que serve de base para a correção anual.

A vinculação de recursos constitucionais marca a luta pela consolidação do SUS. O SUS idealizado pela Assembleia Constituinte e plasmado na Constituição Federal de 1988 só levantou voo, de fato, com a superação dos tempos dramáticos em que foi golpeado no seu orçamento, o que provocou súplicas anuais de recursos ao Congresso Nacional. A garantia de recursos constitucionais foi fundamental para implementar o SUS como o maior e mais eficiente sistema de Saúde do sul global. O país da oitava economia do mundo não pode ter um SUS inseguro e sempre à beira do abismo, refém de emendas e recursos extraordinários que podem não chegar.

O estrangulamento financeiro atinge em cheio os serviços de saúde, a inovação e a incorporação tecnológica, a vigilância em saúde e todas as funções próprias do setor da saúde.

Uma das áreas afetadas sem dúvida é a participação e o controle social da saúde, um patrimônio nacional de

construção da democracia participativa, exemplar para o Planeta.

Há tempos os governos têm sido instados a garantir o cumprimento das diretrizes aprovadas nas conferências de saúde. Recentemente, já no atual governo Lula, foi realizada a 17ª Conferência Nacional de Saúde cujas recomendações e propostas dependem da existência de condições materiais

para sua execução e implementação. Políticas públicas não se constroem somente com palavras, mas exigem orçamento, conhecimento e tecnologias adequadas e suficientes.

O pacto social que fundamenta a redemocratização do Brasil passou pela adoção do compromisso escrito no artigo 196 de nossa Constituição em que a saúde é entendida como qualidade de vida, portanto produto do desenvolvimento econômico e social do país, sendo dependente de políticas econômicas e sociais. Trata-se de um

largo passo rumo a um desenvolvimento justo e solidário que vem cotidianamente encontrando resistências nos interesses do mercado e do rentismo que cobram do país um quinhão salgado e expõe nossa população à precariedade e à pobreza.

Reafirmamos aqui a necessidade do SUS para a democracia nacional ou a barbárie ganhará terreno espalhando miséria, sofrimento e doenças. Saímos da pandemia testemunhas da força e importância do SUS e, portanto, não podemos retroceder em sua intransigente defesa. A defesa da saúde do povo deve ter o respaldo do Estado, envolvendo, portanto, sociedade, Governo e demais Poderes da República. Confiamos no compromisso que elegeu Lula, que explicitou a defesa da saúde como investimento e na centralidade de seu programa de atender às necessidades do povo brasileiro. E o povo quer saúde e um SUS forte e de qualidade para todos e todas!

"Uma das áreas afetadas sem dúvida é a participação e o controle social da saúde, um patrimônio nacional de construção da democracia participativa, exemplar para o Planeta".

■ ANA MARIA COSTA É EX-PRESIDENTE E ATUAL DIRETORA DO CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DA SAÚDE (CEBES). JOSÉ GOMES TEMPORÃO É EX-MINISTRO DA SAÚDE E EX-PRESIDENTE DO CEBES. O TEXTO FOI ORIGINALMENTE PUBLICADO NO SITE DO CEBES (12/6).



MOVIMENTO
NACIONAL PELA
VACINAÇÃO



DISQUE
SAÚDE **136**

   /minsaude

 /ministeriodasaude

 /MinSaudeBR

A VACINAÇÃO CONTRA A GRIPE FOI AMPLIADA!

**AGORA, TODAS AS PESSOAS ACIMA DE 6 MESES DE
IDADE PODEM PROCURAR A UNIDADE BÁSICA DE
SAÚDE MAIS PRÓXIMA PARA TOMAR A VACINA.**



**CONTRA A GRIPE, EU DIGO SIM PRA VACINA.
O MOVIMENTO NACIONAL PELA VACINAÇÃO NÃO PARA.**



 Vá até uma Unidade Básica de Saúde com a Caderneta de Vacinação ou documento com foto.

Saiba mais em
gov.br/vacinacao

 FIOCRUZ

BRASIL BEM
CUIDADO 

SUS 

MINISTÉRIO DA
SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO